



**2º Relatório Gerencial  
(Resultados)**

**Período Avaliatório**  
01 de junho de 2016 a 31 de julho de 2016

**Data de entrega do relatório: 16/09/2016**  
**Data da Reunião da CA: 28/09/2016**

## Sumário:

1 – INTRODUÇÃO .....	3
2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS.....	4
QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS – 2º PERÍODO AVALIATÓRIO.....	4
2.1.– Detalhamento dos resultados alcançados:.....	7
3 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS.....	43
QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS – 1º TRIMESTRE.....	43
3.1 – Detalhamento da realização dos produtos:.....	44
4 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO.....	46
QUADRO 3 – COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO .....	46
4.1 – ANÁLISE DAS DESPESAS E RECEITAS DO PERÍODO .....	47
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	52
6 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL.....	54
7 – DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSCIP.....	58
DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR DO TERMO DE PARCERIA .....	59



## 1 – INTRODUÇÃO

Este relatório de atividades é o mecanismo de acompanhamento e avaliação do Termo de Parceria firmado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e o Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania – Minas Gerais (IJUCI-MG) em 20/04/2016. Visa demonstrar o desempenho da entidade no desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Parceria, no período de 01 de junho de 2016 a 31 de julho de 2016, a fim de permitir verificar se os resultados previstos nesta parceria estão sendo alcançados.

O IJUCI realizou a entrega do relatório na data do dia 17 de agosto de 2016, em cumprimento aos prazos estabelecidos no decreto 46020 de 2012, contudo após as solicitações de retificações por parte da Comissão Supervisora a versão final foi entregue na data de 16 de setembro de 2016.

O Termo de Parceria tem como objeto a execução em cogestão da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, viabilizando o desenvolvimento das Unidades e Programas de Prevenção Social à Criminalidade definidas pela SEDS/CPEC.

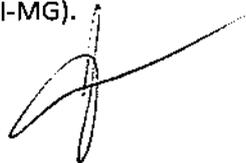
Trata-se de um projeto de grande relevância, pois visa o enfrentamento a violências e criminalidades por meio da implementação de um conjunto integrado de ações e estratégias pelo Poder Público, em conjunto com a sociedade civil, com o objetivo de intervir diretamente sobre dinâmicas sociais geradoras de violências, conflitos e processos de criminalização.

Espera-se com a execução desta parceria contribuir para a prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre certos territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos, bem como para o aumento da sensação de segurança no Estado de Minas Gerais.

Em obediência à Cláusula Terceira, I, "a", do Termo de Parceria e considerando a relevância da demonstração dos resultados obtidos, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas pactuadas e os resultados obtidos na condução das atividades propostas, sendo fornecidas informações complementares acerca dessas atividades, considerando o Quadro de Indicadores e Metas e o Quadro de Produtos previstos no Programa de Trabalho. As fontes de comprovação dos indicadores e produtos aqui apresentadas estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – Minas Gerais (IJUCI-MG) e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Avaliação, por representantes da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) ou representantes de órgãos de controle e auditoria.

Ainda em consonância com a legislação pertinente, será apresentado o demonstrativo consolidado das receitas e despesas realizadas na execução do Termo de Parceria e suas notas explicativas. De maneira complementar, serão anexados a este relatório, os comprovantes de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da entidade.

Ao final deste Relatório, são atestadas as informações aqui descritas pela presidente do Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – Minas Gerais (IJUCI-MG).

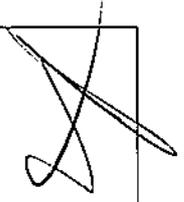


2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS – 2º PERÍODO AVALIATÓRIO

Área Temática	Indicador	Peso (%)	2º PA 01/06/2016 a 31/07/2016		METAS AGUMULADAS	RESULTADOS ACUMULADOS
			METAS	RESULTADOS		
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	8	4.000	1.256	4.000	1.256
	1.2 Percentual de casos atendidos em mediação de conflitos que chegaram à solução pacífica	8	90,50%	0%	90,50%	0%
2 Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1 Número de participação mensal dos jovens no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	8	11.200	6.466	11.200	6.466
	2.2 Número de relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	2	1	2	1

3	Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas	3.1	Penas monitoradas pelo Programa CEAPA (Penas Monitoradas e Novas Penas)	8	9.100	8.770	9.100	8.770
		3.2	Percentual de cumprimento integral das penas e medidas alternativas acompanhadas pelo Programa CEAPA	8	90%	98,59%	90%	98,59%
4	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	4.1	Número de egressos inscritos no Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	8	516	865	516	865
		4.2	Número de atendimentos realizados pelo Programa de Inclusão dos Egressos do Sistema Prisional	8	3.430	2441	3.430	2441
5	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade	5.1	Percentual de participação das equipes técnicas de gestão e supervisão nas capacitações	5	100%	94,96%	100%	94,96%




6	Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade	6.1	Número de relatórios analíticos dos CPC's de base local	5	32	27	32	27
		6.2	Plano de Acompanhamento e Avaliação Contínua de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	6	1	1	1	1
7	Gestão da Entidade Parceira	7.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	5	100%	-	-	-
8	Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.5	Número de ações realizadas para a mobilização comunitária e participação social	2	10	20	10	20

## 2.1.– Detalhamento dos resultados alcançados:

<b>Área Temática: Programa Mediação de Conflitos</b>		
<b>Nº e Nome do indicador:</b> 1.1 Número de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
<b>Resultados alcançados no período avaliatório</b>		
<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	4000	1256
<b>Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório</b>		
<p>Foram encaminhados à sede do IJUCI, pelas equipes técnicas, um relatório consolidado por mês e por CPC, contemplando os dados de atendimento entre os dias 21 de junho e 30 de junho de 2016; e entre os dias 01 de julho e 31 de julho de 2016. Ambos os relatórios foram encaminhados até o 5º dia útil do mês subsequente.</p> <p>Foi considerado o número acumulado de atendimentos individuais e coletivos realizados, sendo que se considera atendimento, para fins da elaboração deste relatório, a intervenção do Programa Mediação de Conflitos que promove acolhimento, por meio da escuta ativa, às pessoas envolvidas na demanda apresentada diante do conflito vivenciado. Pode ocorrer de forma presencial ou não e visa contribuir na construção de estratégias para a resolução pacífica do conflito e no enfrentamento às violências e/ou criminalidade, através dos procedimentos de mediação e/ou orientação para acesso a direitos.</p> <p>Quanto aos resultados quantitativos apresentados para o período, as equipes técnicas tiveram como seu primeiro dia de trabalho no território o dia 21 de junho de 2016. Ou seja, dos 60 dias definidos como o lapso temporal atinente ao período avaliatório, 20 dias transcorreram sem qualquer atendimento, motivo pelo qual o resultado foi inferior ao pactuado. Além disso, este foi o período de retomada das atividades nos territórios e as equipes técnicas ainda estavam incompletas, impactando também no resultado deste indicador.</p> <p>Outrossim, há que se lembrar que os atendimentos estavam suspensos desde o dia 31 de março de 2016. Desta forma, com o retorno pleno às atividades em 21 de junho de 2016, a prioridade das equipes foi retomar os vínculos com os territórios, procurar os principais atores e informa-los a respeito do retorno à rotina de tais atendimentos e de tal forma desenvolveram-se tais ações.</p> <p>Ademais, há que se ressaltar que a primeira capacitação quadrimestral, ocorrida entre os dias 13 e 14 de julho para analistas, gestores e supervisores, e 27 e 28 de julho para técnicos administrativos, e a não contratação dos estagiários, já selecionados até o momento, por questões atinentes a assinatura dos contratos de estágios por parte das Instituições Acadêmicas, pode ter trazido impacto para a quantidade de atendimentos realizados.</p> <p>Importante sublinhar que a retomada dos atendimentos individuais pressupõe a realização de treinamentos desenvolvidos pelos supervisores metodológicos. A realização de tais capacitações metodológicas, ocorridas em diferentes momentos e desenvolvida pelos supervisores metodológicos, possivelmente otimizarão o trabalho para os próximos períodos avaliatórios, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo.</p> <p>Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.</p>		
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>		
Relatórios consolidados encaminhados a sede administrativa da entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.		

**Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**

**Nº e Nome do indicador:** 1.2 Percentual de casos atendidos em mediação de conflitos que chegaram à solução pacífica

<b>Resultados alcançados no período avaliatório</b>		
<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	90,50%	0%

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Para a composição deste indicador, são considerados casos de mediação finalizados, entre eles os casos de demandas de mediação interpessoais e coletivas que chegaram espontaneamente ao programa. Compõem o numerador os casos que, em conformidade com a metodologia do programa, são encerrados pela equipe técnica, alcançando resolução pacífica de conflitos entre as partes envolvidas na modalidade escrita, verbal e periférica.

Foram encaminhados à sede do IJUCI, pelas equipes técnicas, um relatório consolidado por mês e por CPC, contemplando os dados de atendimento entre os dias 21 de junho e 30 de junho de 2016; e entre os dias 01 de julho e 31 de julho de 2016.

Neste período avaliatório o resultado do indicador foi 0%, pois não houve nenhum caso atendido em mediação de conflitos.

Quanto ao desempenho quantitativo neste indicador, cumpre ressaltar que as equipes tiveram como seu primeiro dia de trabalho no território o dia 21 de junho de 2016. Ou seja, dos 60 dias definidos como o lapso temporal atinente ao período avaliatório, 20 dias transcorreram sem qualquer atendimento.

Outrossim, há que se lembrar que os atendimentos estavam suspensos desde o dia 31 de março de 2016. Desta forma, com o retorno pleno às atividades em 21 de 2016, a prioridade das equipes foi retomar os vínculos com os territórios, procurar os principais atores e informa-los a respeito do retorno à rotina de tais atendimentos e de tal forma desenvolveram-se tais ações.

Ademais, há que se ressaltar que a primeira capacitação quadrimestral, ocorrida entre os dias 13 e 14 de julho para analistas, gestores e supervisores, e 27 e 28 de julho para técnicos administrativos, e a não contratação dos estagiários, já selecionados até o momento, por questões atinentes a assinatura dos contratos de estágios por parte das Instituições Acadêmicas, pode ter trazido impacto para a quantidade de atendimentos realizados.

Importante sublinhar que a retomada dos atendimentos individuais pressupõe a realização de treinamentos desenvolvidos pelos supervisores metodológicos. A realização de tais capacitações metodológicas, ocorridas em diferentes momentos e desenvolvida pelos supervisores metodológicos, possivelmente otimizarão o trabalho para os próximos períodos avaliatórios, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo.

Ademais, para que haja solução pacífica de conflitos há que se ter tempo transcorrido, para que o método de mediação possa se desenvolver. Os casos foram recebidos muito recentemente a fim de que se possa desde já reconhecer solução pacífica aos mesmos.

Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

**Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pela unidade da equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



**Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

**Nº e Nome do Indicador: 2.1 Média de participação mensal de jovens no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

<b>Resultados alcançados no período avaliatório</b>		
<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	11.200	6466

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Este indicador visa mensurar a capacidade do programa em incentivar a participação dos jovens nas formas de atendimento individual, projetos de circulação e oficinas. As três modalidades de atendimento são mensuradas por relatórios quantitativos, listas de presença nas atividades de oficinas e lista de atendimentos individuais, sendo que o indicador é composto pelo número absoluto de jovens participantes mensalmente das três modalidades de atendimento ofertadas.

Neste período avaliatório a média de participação de jovens foi 6466. Cento e treze (113) jovens participaram de atendimentos individuais, 222 participaram de projetos locais, 108 de projetos de circulação e 6466 participaram de oficinas. Cabe ressaltar que para fins deste indicador é contabilizado apenas o número de jovens participantes das oficinas, tendo em vista que são os mesmos jovens participantes das oficinas que participam também das outras modalidades de atendimento.

Foram encaminhados dois relatórios mensais por CPC, um referente a junho de 2016, com entrega para o dia 07 de julho de 2016; e outro referente ao mês de julho de 2016, com entrega para o dia 05 de agosto de 2016.

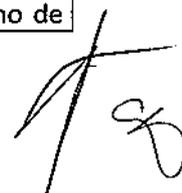
Sobre os resultados quantitativos, cumpre ressaltar que as equipes tiveram como seu primeiro dia de trabalho no território o dia 21 de junho de 2016. Ou seja, dos 60 dias definidos como o lapso temporal atinente ao período avaliatório, 20 dias transcorreram sem qualquer atendimento.

Outrossim, há que se lembrar que os atendimentos estavam suspensos desde o dia 31 de março de 2016. Desta forma, com o retorno pleno às atividades em 21 de junho de 2016, a prioridade das equipes foi retomar os vínculos com os territórios, procurar os principais atores e informá-los a respeito do retorno à rotina de tais atendimentos e de tal forma desenvolveram-se tais ações.

Ademais, há que se ressaltar que a primeira capacitação quadrimestral, ocorrida entre os dias 13 e 14 de julho para analistas, gestores e supervisores, e 27 e 28 de julho para técnicos administrativos, trouxe impacto para a quantidade de atendimentos realizados.

Importante sublinhar que a retomada dos atendimentos individuais pressupõe a realização de treinamentos desenvolvidos pelos supervisores metodológicos. A realização de tais capacitações metodológicas, ocorridas em diferentes momentos e desenvolvida pelos supervisores metodológicos, com certeza otimizarão o trabalho para os próximos períodos avaliatórios, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo.

No caso do programa Fica Vivo! ainda se deve considerar que as atividades de oficinas foram retomadas em 18 de julho de 2016, diante da necessidade de tramitação do processo de seleção de oficinairos depender do retorno das equipes aos territórios, uma vez que são as equipes diretamente implicadas na seleção das propostas de oficinas, sendo que tais equipes retornaram ao trabalho somente em 21 de junho de 2016. O retorno das oficinas apenas em 18 de julho de

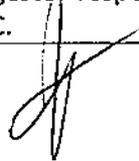


2016 sem dúvida alguma gera impacto para a média de participação dos jovens nas oficinas. Para o próximo período avaliatório, sem dúvida haverá uma informação que permita uma comparação de performance quantitativa em relação aos termos de parceria anteriores.

Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

**Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pelo CPC e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



**Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

**Nº e Nome do indicador: 2.2 Número de relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

**Resultados alcançados no período avaliatório**

<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	2	1

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

O relatório analítico de gestão de oficinas é um instrumento de sistematização de informações operacionais e se refere a toda operação relativa à execução das oficinas nos territórios.

Embora o período avaliatório contemple 2 meses (junho e julho), como as oficinas só foram retomadas em 18 de julho de 2016, foi elaborado apenas um único relatório analítico de gestão de oficinas.

O relatório elaborado contemplou:

- número de oficinas (por CPC, município e geral);
- percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde e noite);
- percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional);
- percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associação comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Centro de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros);
- número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por CPC, município e geral);
- número de oficinairos (por CPC, município e geral);
- percentual de oficinairos (por CPC, município e geral);
- percentual de oficinairos por sexo e faixa etária (por CPC, município e geral);
- número de jovens em oficinas (por CPC, município e geral);
- número absoluto de jovens em oficinas (por CPC, município e geral);
- média de jovens por oficina (por CPC e geral);
- perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade);
- frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral).

O relatório foi encaminhado por e-mail e compõe o acervo de comprovações deste relatório gerencial de resultados.

Segue abaixo um compilado das informações contidas no relatório descritivo:

Em termos da distribuição das oficinas pelo território, segue a listagem de distribuição por CPC, perfazendo o total de 393 oficinas:

1. Cabana: 21
2. Santos Reis: 16
3. Taquaril: 19
4. Vila Pinho: 7
5. Carapina: 5
6. Citrolândia: 15

7. Rosaneves: 14
8. Jardim Teresópolis: 16
9. Pedreira Prado Lopes: 11
10. Jardim Canãa: 3
11. Jardim das Alterosas: 6
12. Via Colégio: 12
13. Ressaca: 5
14. PTB: 14
15. Turmalina: 18
16. Jardim Leblon: 10
17. Nova Contagem: 16
18. Morro Alto: 11
19. Primeiro de Maio: 9
20. Vila Cemig/conjunto Esperança: 9
21. Ipatinga: 12
22. Morumbi: 5
23. Santa Lúcia: 10
24. Morro das Pedras e Ventos: 27
25. Justinópolis: 6
26. Ribeiro de Abreu: 14
27. Palmítal: 19
28. Cristo Rei: 10
29. Minas Caixa: 6
30. Veneza: 13
31. Jardim Felicidade: 14
32. Serra: 20

A maioria das oficinas ocorre no período da tarde (57,25%), sendo as restantes assim distribuídas: 34,78% no período da noite e 7,97% no período da manhã. A maior parte dos oficinairos é do sexo masculino (83,47%), sendo 16,53% do sexo feminino. Dentre essas oficinas, a maioria corresponde à categoria de esportes (56,93%) e as demais se distribuem da seguinte forma: 32,49% na categoria de cultura e arte e 10,58% na categoria de educação profissional.

A distribuição por local de realização contempla, sobretudo, as escolas (28,35%), seguida por quadras e campos (24,16%). As demais oficinas são realizadas nos seguintes locais: associação (9,19%); rua (9,71%); centro comunitário (6,56%); praça/parque (5,51%); igreja (5,51%); Centro de Referência de Assistência Social (3,94%); Centro de Prevenção à Criminalidade (3,15%); realização itinerante (1,57%); local alugado (1,31%); casa do oficinairo (0,52%) e academia (0,52%).

Há oficinas canceladas e encerradas (4), embora haja pouco tempo transcorrido entre o edital de seleção de propostas e a data de apresentação deste relatório. Os casos estão ligados à desistência de oficinairos por motivos pessoais.

No que se refere ao número e percentual de oficinairos, seguem abaixo a distribuição por CPC, por município, geral, por sexo e por faixa etária:

Número absoluto e percentual de oficinairos por Centro de Prevenção à Criminalidade e Geral

CPC	Número de oficinairos	Percentual de oficinairos por CPC
Cabana	18	5,05%
Carapina	5	1,40%
Citrolândia	11	3,08%
Cristo Rei	10	2,80%

Ipatinga	12	3,37%
Jardim Canãa	3	0,85%
Jardim das Alterosas	6	1,68%
Jardim Felicidade	13	3,65%
Jardim Leblon	10	2,80%
Jardim Teresópolis	13	3,65%
Justinópolis	6	1,69%
Minas Caixa	6	1,69%
Morro Alto	11	3,09%
Morro das Pedras e Ventosa	26	7,30%
Morumbi	5	1,42%
Nova Contagem	12	3,40%
Palmital	16	4,49%
Pedreira Prado Lopes	13	3,66%
Primeiro de Maio	9	2,52%
PTB	13	3,65%
Ressaca	4	1,13%
Ribeiro de Abreu	12	3,37%
Rosaneves	13	3,65%
Santa Lúcia	7	1,96%
Santos Reis	16	4,49%
Serra	18	5,05%
Taquaril	17	4,77%
Turmalina	16	4,49%
Veneza	9	2,53%
Via Colégio	10	2,81%
Vila Cemig/cjto Esperança	9	2,53%
Vila Pinho	7	1,98%
Total de oficineiros	356	100%

Número absoluto e percentual de oficineiros por Município

Município	Número de oficineiro	Percentual de oficineiro
Belo Horizonte	174	48,88 %
Betim	43	12,08 %
Contagem	16	4,50 %
Governador Valadares	21	5,89 %
Ipatinga	12	3,37 %
Montes Claros	26	7,30 %

Ribeirão das Neves	19	5,34 %
Santa Luzia	10	2,81 %
Uberlândia	8	2,25 %
Vespasiano	27	7,58 %
<b>Total</b>	<b>356</b>	<b>100</b>

Percentual de Oficineiros por sexo e faixa etária por CPC

CPC	Total por CPC	Masculino	Feminino	Percentual Masculino	Percentual Feminino
Cabana	18	17	1	94,40%	5,55%
Carapina	5	4	1	80%	20%
Citrolândia	11	11	0	100%	0%
Cristo Rei	10	9	1	90%	10%
Ipatinga	12	9	3	75%	25%
Jardim Canãa	3	3	0	100%	0%
Jardim Alterosas	6	5	1	83,33%	16,66%
Jardim Felicidade	13	12	1	92,3%	7,7%
Jardim Leblon	10	9	1	90%	10%
Jardim Teresópolis	13	12	1	92,3%	7,7%
Justinópolis	6	6	0	100%	0%
Minas Caixa	6	5	1	83,33%	6,67%
Morro Alto	11	10	1	90,90%	9,10%
Morro das Pedras	26	23	3	88,46%	11,54%
Morumbi	5	4	1	80%	20%
Nova Contagem	12	9	3	75%	25%
Palmital	16	14	2	87,5%	22,5%
Pedreira Prado Lopes	13	11	2	84,62%	15,38%
Primeiro de Maio	9	7	2	77,78%	22,22%
PTB	13	11	2	84,62%	15,38%
Ressaca	4	3	1	75%	25%
Ribeiro de Abreu	12	10	2	83,33%	6,67%
Rosaneves	13	10	3	76,92%	23,08%
Santa Lúcia	7	7	0	100%	0%
Santos Reis	16	9	7	56,25%	43,75%
Serra	18	15	3	83,33%	6,67%
Taquaril	17	14	3	82,35%	17,65%
Turmalina	16	10	6	62,5%	37,5%
Veneza	9	6	3	66,67%	33,33%
Via Colégio	10	8	2	80%	20%
Vila Cemig/Conjunto Esperança	9	9	0	100%	0%
Vila Pinho	7	7	0	100%	0%
<b>TOTAL DE OFICINEIROS</b>	<b>356</b>	<b>299</b>	<b>57</b>	<b>83,99%</b>	<b>16,01%</b>

Percentual de oficineiros por município, geral e por sexo

Município	Total	Masculino	Feminino	Percentual Masculino	Percentual Feminino
Belo Horizonte	174	152	22	87,36%	22,64%
Betim	43	29	4	67,44%	32,56%
Contagem	16	12	4	75%	25%
Governador Valadares	21	14	7	66,67%	33,33%
Ipatinga	12	9	3	75%	25%
Montes Claros	26	18	8	69,23%	30,77%
Ribeirão das Neves	19	16	3	84,21%	15,79%
Santa Luzia	10	8	2	80%	20%
Uberlândia	8	7	1	87,50%	22,50%
Vespasiano	27	24	3	88,89%	11,01%
Total	356	299	57	83,99%	16,01%

Em relação ao número de jovens em oficinas por CPC e por município, foram compiladas as seguintes informações:

CPC	Número Jovens em Oficina por CPC	Percentagem de Jovens em Oficina por CPC
Cabana	346	4,95%
Carapina	75	1,07%
Citrolândia	232	3,32%
Cristo Rei	134	1,92%
Ipatinga	252	3,61%
Jardim Canaã	43	0,61%
Jardim das Alterosas	137	1,96%
Jardim Felicidade	245	3,51%
Jardim Leblon	136	1,95%
Jardim Teresópolis	197	2,87%
JUSTIÇÓPOLIS	118	1,69%
Minas Caixa	121	1,75%
Morro Alto	265	3,80%
Morro das Pedras e Ventosa	479	6,86%
Morumbi	137	1,96%
Nova Contagem	278	3,98%
Palmital	351	5,03%
Pedreira Prado Lopes	210	3,00%
Primeiro de Maio	163	2,33%
PTB	253	3,62%
Ressaca	64	0,91%
Ribeiro de Abreu	161	2,30%
ROSA DEVEA	298	4,27%
Santa Lúcia	170	2,43%
Santos Reis	211	2,40%
Serra	345	3,02%
Jaquacil	304	4,35%
Turmalina	459	6,57%
Venosa	226	3,23%
Via Colégio	268	3,84%
Vila Cemig/Cjto Esperança	183	2,62%
Vila Pinho	116	1,66%
Total	6977	100%

Município	Número de Jovens em oficina
Belo Horizonte	3205
Betim	819
Contagem	342
Governador Valadares	534
Ipatinga	252
Montes Claros	345
Ribeirão das Neves	416
Santa Luzia	268
Uberlândia	180
Vespasiano	616
Total Geral	6977

CPC	Número absoluto Jovens em Oficina por CPC
Carapina	323
Citrolândia	75
Cristo Rei	221
Ipatinga	117
Jardim Canãa	282
Jardim das Alterosas	43
Jardim Felicidade	140
Jardim Leblon	240
Jardim Teresópolis	132
Justinópolis	180
Minas Caixa	114
Morro Alto	108
Morro das Pedras e Ventosa	255
Morumbi	471
Nova Contagem	137
Palmital	272
Pedreira Prado Lopes	330
Primeiro de Maio	198
PTB	158
Ressaca	249
Ribeiro de Abreu	64
Rosaneves	162
Santa Lúcia	298
Santos Reis	167
Serra	196
Taguari	286
Turmalina	301
Veneza	304
Via Colégio	221
Vila Cemig/cito Esperança	267
Vila Pinho	174

Município	Número absoluto de Jovens em oficina por município e Geral
Belo Horizonte	3056
Betim	790
Contagem	336
Governador Valadares	282
Ipatinga	252
Montes Claros	313
Ribeirão das Neves	412
Santa Luzia	267
Uberlândia	180
Vespasiano	585
Total	6600

Quanto ao perfil dos jovens, há uma impossibilidade geral de se gerar números confiáveis a respeito. Em virtude do perfil do público atendido, há um grande trânsito de jovens que entram e deixam as oficinas, além do fato de que muitos deles, que possuem envolvimento com as criminalidades, se negam a deixar uma identificação detalhada, a fim de que se possa traçar um perfil, como é o objetivo proposto pelo indicador.

Desta forma, há uma necessidade de acompanhamento deste perfil por oficina, e sem exigência de identificação formal, o que por si só dificulta em muito o desenvolvimento dos trabalhos.

Deve-se ainda acrescentar que considerando que atualmente há 393 oficinas em funcionamento, havendo a previsão de implantação de 466, o IJUCI fará o lançamento de um edital permanente para seleção de propostas.

Quanto ao desempenho quantitativo, as equipes tiveram como seu primeiro dia de trabalho no território o dia 21 de junho de 2016. Ou seja, dos 60 dias definidos como o lapso temporal atinente ao período avaliatório, 20 dias transcorreram sem qualquer atendimento.

Outrossim, há que se lembrar que os atendimentos estavam suspensos desde o dia 31 de março de 2016. Desta forma, com o retorno pleno às atividades em 21 junho de 2016, a prioridade das equipes foi retomar os vínculos com os territórios, procurar os principais atores e informá-los a respeito do retorno à rotina de tais atendimentos e de tal forma desenvolveram-se tais ações.

Ademais, há que se ressaltar que a primeira capacitação quadrimestral, ocorrida entre os dias 13 e 14 de julho para analistas, gestores e supervisores, e 27 e 28 de julho para técnicos administrativos, trouxe impacto para a quantidade de atendimentos realizados.

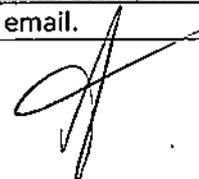
Importante sublinhar que a retomada dos atendimentos individuais pressupõe a realização de treinamentos desenvolvidos pelos supervisores metodológicos. A realização de tais capacitações metodológicas, ocorridas em diferentes momentos e desenvolvida pelos supervisores metodológicos, com certeza otimizarão o trabalho para os próximos períodos avaliatórios, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo.

No caso do programa Fica Vivo! ainda se deve considerar que as atividades de oficinas foram retomadas em 18 de julho de 2016, o que sem dúvida alguma gera impacto para a média de participação dos jovens nas oficinas. Para o próximo período avaliatório, sem dúvida haverá uma informação que permita uma comparação de performance quantitativa em relação aos termos de parceria anteriores.

Compõe o acervo comprobatório deste relatório gerencial ou cópia impressa do e-mail que encaminhou o relatório elaborado e entregue à supervisão do termo, bem como a cópia integral do referido relatório.

**Fonte de comprovação do indicador:**

Relatórios elaborados e entregues à supervisão do Termo de Parceria por email.



Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA  
 Nº e Nome do indicador: 3.1 Penas monitoradas pelo Programa CEAPA (Penas Monitoradas + Novas Penas)

**Resultados alcançados no período avaliatório**

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/06/2016 a 31/07/2016	9.100	8.770

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Para fins deste indicador, o público acompanhado pelo Programa são pessoas destinatárias de Penas Alternativas (Penas Restritivas de Direito definidas pelo art. 44 do CPB), Medidas Alternativas (Transações Penais e Suspensão Condicional do Processo definidas pela Lei Federal 9.099/95) e Grupos de Responsabilização de agressores vinculados à Lei Maria da Pena (Lei nº 11340/2006), encaminhadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.

Foram utilizados os dados produzidos pelas equipes técnicas do programa CEAPA devidamente compilados. Cada equipe técnica produziu e encaminhou à sede administrativa da OSCIP até o quinto dia útil de cada mês, um relatório consolidado das penas monitoradas no mês anterior. Assim, forma entregues dois relatórios mensais, o primeiro referente a 21 de junho até 30 de junho de 2016, entregue em 07 de julho de 2016; e o segundo relatório referente ao período transcorrido entre 01 de julho e 31 de julho de 2016, entregue em 05 de agosto de 2016. Com base nos relatórios recebidos, a instituição calculou o resultado mensal de penas monitoradas e de novas penas recebidas.

CENTROS	Penas Monitoradas em		jun/16	jul/16
ARAGUARI	104	Penas em Monitoramento	104	112
		Novas penas encaminhadas no mês	13	12
		Nº de penas descumpridas no mês	0	0
BELO HORIZONTE	2704	Penas em Monitoramento	2840	2880
		Novas penas encaminhadas no mês	364	347
		Nº de penas descumpridas no mês	26	25
BETIM	244	Penas em Monitoramento	253	308
		Novas penas encaminhadas no mês	18	70
		Nº de penas descumpridas no mês	1	1
CONTAGEM	220	Penas em Monitoramento	60	223
		Novas penas encaminhadas no mês	60	104
		Nº de penas descumpridas no mês	0	5
GOVERNADOR VALADARES	440	Penas em Monitoramento	479	463
		Novas penas encaminhadas no mês	39	73
		Nº de penas descumpridas no mês	0	40
IPATINGA	642	Penas em Monitoramento	679	585
		Novas penas encaminhadas no mês	49	83
		Nº de penas descumpridas no mês	0	3
JUIZ DE FORA	904	Penas em Monitoramento	914	952
		Novas penas encaminhadas no mês	18	74
		Nº de penas descumpridas no mês	0	0
MONTES CLAROS	388	Penas em Monitoramento	435	455
		Novas penas encaminhadas no mês	67	47
		Nº de penas descumpridas no mês	0	1
RIBEIRÃO DAS NEVES	271	Penas em Monitoramento	273	262
		Novas penas encaminhadas no mês	27	24
		Nº de penas descumpridas no mês	3	5
SANTA LUZIA	272	Penas em Monitoramento	42	368
		Novas penas encaminhadas no mês	42	96
		Nº de penas descumpridas no mês	0	0
UBERABA	101	Penas em Monitoramento	4	10
		Novas penas encaminhadas no mês	4	10
		Nº de penas descumpridas no mês	0	0

UBERLÂNDIA	463	<b>Penas em Monitoramento</b>	48	457
		Novas penas encaminhadas no mês	48	117
		Nº de penas descumpridas no mês	0	14
YESPASIANO	167	<b>Penas em Monitoramento</b>	222	200
		Novas penas encaminhadas no mês	23	14
		Nº de penas descumpridas no mês	0	0
		<b>TAXA DE CUMPRIMENTO - TOTAL</b>	30	94
<b>TOTAL DE PENAS MONITORADAS</b>			<b>7.698</b>	<b>8.770</b>

O cálculo foi efetuado mediante o somatório das penas transferidas para OSCIP pela CPEC/SEDS no início da vigência do termo de parceria mais o número de novas penas e medidas alternativas encaminhadas pelo Poder Judiciário no período avaliatório.

Cumprir ressaltar, quanto ao desempenho quantitativo, as equipes tiveram como seu primeiro dia de trabalho no território o dia 21 de junho de 2016. Ou seja, dos 60 dias definidos como o lapso temporal atinente ao período avaliatório, 20 dias transcorreram sem qualquer atendimento.

Outrossim, há que se lembrar que os atendimentos estavam suspensos desde o dia 31 de março de 2016. Desta forma, com o retorno pleno às atividades em 21 de 2016, a prioridade das equipes foi retomar os vínculos com os territórios, procurar os principais atores e informa-los a respeito do retorno à rotina de tais atendimentos e de tal forma desenvolveram-se tais ações.

Ademais, há que se ressaltar que a primeira capacitação quadrimestral, ocorrida entre os dias 13 e 14 de julho para analistas, gestores e supervisores, e 27 e 28 de julho para técnicos administrativos, trouxe impacto para a quantidade de atendimentos realizados.

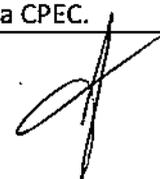
Importante sublinhar que a retomada dos atendimentos individuais pressupõe a realização de treinamentos desenvolvidos pelos supervisores metodológicos. A realização de tais capacitações metodológicas, ocorridas em diferentes momentos e desenvolvida pelos supervisores metodológicos, com certeza otimizarão o trabalho para os próximos períodos avaliatórios, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo.

Por tudo isso, acreditamos que para os próximos períodos deverá haver um aumento no desempenho deste indicador. À evidência, a interrupção ou redução de atendimentos desde 31 de março, em virtude da transição entre OSCIP's, gerou a redução de encaminhamento ao CEAPA de penas e medidas a serem monitoradas. Com o retorno das atividades, há a tendência de retorno aos padrões anteriores.

Os relatórios consolidados, encaminhados pelas equipes técnicas, compõem o acervo comprobatório que acompanha este relatório gerencial.

**Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.




**Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA**

**Nº e Nome do indicador: 3.2 Percentual de cumprimento integral das penas e medidas alternativas acompanhadas pelo Programa CEAPA**

<b>Resultados alcançados no período avaliatório</b>		
<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	90%	98,59%

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Este indicador representa a mensuração da eficiência do programa em garantir o cumprimento das penas/medidas alternativas de seus usuários. Entende-se, para fins deste indicador, como penas cumpridas aquelas que durante o seu período de cumprimento foram desenvolvidas de acordo com os parâmetros definidos pelo Poder Judiciário e Ministério Público. Define-se como penas acompanhadas todas aquelas que estiverem sob responsabilidade do programa durante cada período avaliatório.

São fontes de comprovação do indicador os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC, que compõem o acervo comprobatório deste relatório.

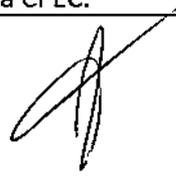
Assim, forma entregues dois relatórios mensais, o primeiro referente a 21 de junho até 30 de junho de 2016, entregue em 07 de julho de 2016; e o segundo relatório referente ao período transcorrido entre 01 de julho e 31 de julho de 2016, entregue em 05 de agosto de 2016. Com base nos relatórios recebidos, a instituição calculou indicador, com base na razão entre penas cumpridas no período avaliatório e penas acompanhadas no período avaliatório. Quanto mais a razão aproxima-se de 1, maior a eficiência do programa no acompanhamento de penas e medidas alternativas.

Porém, há que se fazer uma importante observação. Ocorre que para que haja cumprimento o transcurso do tempo é necessário, pois muitas dessas medidas e penas dependem do transcurso do tempo para serem integralmente cumpridas (ex. prestação de serviços, frequência a grupos, cursos e palestras, etc.), algo que ainda não foi possível, haja vista especialmente que o encaminhamento de casos e o monitoramento foi plenamente retomado há apenas 5 semanas quando da elaboração dos relatórios consolidados.

De toda sorte, das 8.770 penas e medidas monitoradas, apenas 124 foram descumpridas, gerando um percentual de descumprimento de 1,41%. Desta forma, o restante, 98,59%, corresponde ao percentual de cumprimento das penas no período.

**Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



**Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional**  
**Nº e Nome do indicador: 4.1 Número de egressos inscritos no Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional – PrEsp**

<b>Resultados alcançados no período avaliatório</b>		
<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	516	865

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Como é cediço, o público-alvo do Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional é o egresso do sistema prisional, conforme o artigo 26 da Lei Federal 7.210/84, bem como pessoas em execução de pena em regime aberto e cumprimento de prisão domiciliar, de acordo com a determinação judicial.

Neste período avaliatório, foram inscritos no PrEsp 865 egressos, sendo 200 no mês de junho e 665 no mês de julho.

Para fins deste indicador, consideram-se número absoluto dos egressos inscritos no programa. Neste sentido, considera-se inscrita a pessoa cujo acolhimento inicial foi realizado pela equipe técnica e proporcionou oportunidades de aproximação e criação de vínculos com o Programa. A inscrição deve ser formalizada por meio do preenchimento de um formulário específico, que possibilita o registro dos dados sociais e demográficos, informações psicossociais e jurídicas, bem como outras demandas que poderão se desdobrar em planos de acompanhamento individualizados.

São fontes de comprovação do indicador os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC, que compõem o acervo comprobatório deste relatório.

Assim, forma entregues dois relatórios mensais, o primeiro referente a 1 de junho até 30 de junho de 2016, entregue em 07 de julho de 2016; e o segundo relatório referente ao período transcorrido entre 01 de julho e 31 de julho de 2016, entregue em 05 de agosto de 2016. Com base nos relatórios recebidos, a instituição calculou o indicador, que se perfaz em um número absoluto.

Importante ressaltar que para cada período avaliatório importa o número total de novos inscritos.

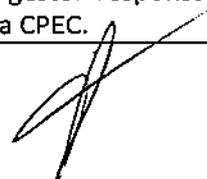
Acerca dos números apurados, deve-se tecer as seguintes considerações:

- a) a diferença de desempenho entre os meses de junho e de julho deve-se à circunstância de que efetivamente as equipes voltaram ao trabalho apenas no dia 21 de junho.
- b) a diferença entre a meta e o resultado, para mais, deve-se à demanda reprimida decorrente da suspensão das atividades desde final de março, para novos inscritos.

Os relatórios consolidados, enviados pelas equipes técnicas, compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

**Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Nº e Nome do indicador: 4.2 Número de atendimentos realizados pelo Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Resultados alcançados no período avaliatório		
Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/06/2016 a 31/07/2016	3430	2441

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Este indicador objetiva dimensionar a demanda apresentada por atendimentos/orientação por parte dos usuários e familiares ao Programa (atendimentos/ orientação psicossocial a usuários, atendimentos/ orientação jurídica a usuários, atendimentos /orientação a familiares de usuários e atendimentos/ orientação em visitas domiciliares), bem como mensurar a oferta deste serviço pela equipes técnicas.

São considerados os atendimentos realizados pela equipe técnica do Programa, de acordo com as respectivas áreas de formação profissional que visem:

- Intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco, a vitimização e a reincidência criminal;
- Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio sócio comunitário;
- Possibilitar a inclusão no mercado formal de trabalho e fomentar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda para o público atendido; e
- Promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Tanto os resultados alcançados, como as metas definidas relativas a este indicador são cumulativas ao longo dos períodos avaliatórios, ou seja, seus valores alcançados e definidos são resultado da soma entre os valores de cada período avaliatório e dos períodos anteriores dentro de cada ano.

Neste relatório, considerando que se trata do primeiro período avaliatório em que o indicador é considerado, não há série a ser somada ao número de atendimento realizados no período.

São fontes de comprovação do indicador os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC, que compõem o acervo comprobatório deste relatório.

Assim, foram entregues dois relatórios mensais, o primeiro referente a 21 de junho até 30 de junho de 2016, entregue em 07 de julho de 2016; e o segundo relatório referente ao período transcorrido entre 01 de julho e 31 de julho de 2016, entregue em 05 de agosto de 2016. Com base nos relatórios recebidos, a instituição calculou o indicador, que se perfaz no número absoluto de 2441.

No caso de atendimentos, percebe-se que a diferença apurada entre a meta e o número realizado deve-se ao número reduzido de dias de funcionamento e à interrupção do atendimento nos meses anteriores. No caso dos atendimentos, não há demanda reprimida, pois se trata de público-alvo que já vinha sendo atendido pelo programa. A redução entre o que era esperado e o que foi efetivamente atendido pode ser atribuída em função do pouco tempo de atendimento no mês de junho, tendo em vista que os trabalhos iniciaram somente em 21/06/2016.

Os relatórios consolidados encaminhados pelas equipes técnicas compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

**Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



Área Temática: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade

Nº e Nome do indicador: 5.1 Percentual de participação das equipes técnicas de gestão e supervisão nas capacitações

Resultados alcançados no período avaliatório		
Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/06/2016 a 31/07/2016	100%	94,96%

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Para o período avaliatório em questão, foi prevista a realização da primeira capacitação quadrimestral dos profissionais da política de prevenção à criminalidade do estado de Minas Gerais, com vistas à realização de uma capacitação inicial, conforme plano de trabalho aprovado para o Termo de Parceria n. 35 de 2016.

A I capacitação quadrimestral ocorreu em dois grupos distintos. O primeiro deles, envolveu os profissionais da área-meio, gestores sociais, supervisores metodológicos e analistas sociais; o segundo momento envolveu profissionais da área-meio e técnicos administrativos.

A divisão em dois grupos deveu-se à singularidade dos assuntos de interesse direto de cada um dos conjuntos de profissionais. O primeiro grupo, com maior estreitamento para os aspectos metodológicos; e o segundo grupo com interesses mais próximos às nuances administrativo-financeiras.

Para o primeiro grupo, a capacitação ocorreu nos dias 13 e 14 de julho de 2016, com carga horária total de 12 horas; para o segundo grupo, a capacitação ocorreu nos dias 27 e 28 de julho de 2016, com carga horária total de 12 horas.

A programação da capacitação para analistas, gestores e supervisores foi a seguinte:

**Dia 13/07 (quarta-feira)**

**MANHÃ**

Hall

**9:00: Welcome Coffee e credenciamento**

Teatro Oromar Moreira

**9:30: Abertura**

Apresentação da Política de Prevenção e do IJUCI

**TARDE**

Sala de Conferência 5

**13 às 14:30: Momento NIG/CPEC com Gestores Sociais**

**14:30 às 17:00: Momento IJUCI e Gestores Sociais**

Discussão do Plano de Gestão de Recursos Humanos

Apresentação do Plano de Ação das Diretorias

Apresentação do RCC, RCDP e outras informações administrativo-financeiras

No mesmo horário, para analistas sociais do interior

**13 às 17: Capacitação para Analistas do Interior**

Sala de Conferência 6: Analistas do interior - CEAPA

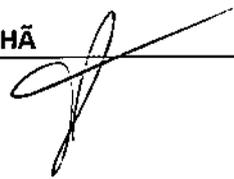
Sala de Conferência 7: Analistas do interior - PrEsp

Sala de Conferência 2: Analistas do interior - PMC

Auditório José Bolívar Drumond: Analistas do interior - Fica Vivo!

**Dia 14/07 (quinta-feira)**

**MANHÃ**



**09 às 12: Capacitação de analistas de todos os municípios**

Auditório Lívio Renault: CEAPA

Auditório José Bolívar Drumond: PrEsp

Auditório Borges da Costa:PMC e Fica Vivo!

**TARDE**

**13 às 17: Capacitação para analistas da Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Sala de Conferência 5: CEAPA

Sala de Conferência 7: PrEsp

Sala de Conferência 2: PMC

Sala de Conferência 6: Fica Vivo!:

Abaixo, a programação definida para técnicos administrativos:

27/07 Quarta- feira

08:30 – Coffee Break

09:00 as 12:00 horas – Abertura CPEC/NIC / Orientações Gerais

Veículos/Material de Consumo/ RH MGS

13:00 as 17:00 horas- Infraestrutura

Pronto Pagamento / Informática/ Telefonia / Patrimônio

28/07 Quinta-feira

08:30 – Coffee Break

09:00 as 13:00 horas – Demandas IUUCI: fluxos RH, fluxos compras, fluxos de comunicação e de diárias e viagens.

Para a capacitação foram disponibilizados espaços físicos condizentes com o público, embora tenham ocorrido alguns desafios em relação às salas no segundo dia de capacitação. Apesar disso, foi possível articular a utilização de outro espaço no mesmo local onde foi possível acomodar os participantes com conforto. A capacitação para a primeira turma ocorreu na Associação Médica do Estado de Minas Gerais (Avenida João Pinheiro, 161, centro, Belo Horizonte- Minas Gerais); e a segunda turma recebeu a capacitação nas dependências do hotel Niágara (Rua dos Timbiras, 3135, Barro Preto, Belo Horizonte, Minas Gerais), local que também foi utilizado para a hospedagem da equipe do interior. Neste sentido, importante notar que as equipes do interior estiveram presentes à capacitação em sua integralidade.

A definição do conteúdo da capacitação foi efetuada pelas equipes da OSCIP e da CPEC, especialmente a partir da necessidade de dispensar um treinamento inicial, além de alinhar entendimentos e compartilhar diretrizes para o trabalho.

De forma geral, a capacitação quadrimestral objetivou:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes de gestão e supervisão;
- 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade das equipes de gestão e supervisão com relação aos objetivos dos programas e da política de prevenção à criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção à Criminalidade.

Foi aprovada a seguinte programação:

O indicador auferido o percentual de participação de todos os profissionais em cada período avaliatório. Para sua contabilização é mensurada a presença dos profissionais com contrato de trabalho em vigor no momento da capacitação empreendida e, em se tratando no caso de uma capacitação inicial, deve obedecer a alguns parâmetros, a saber: realizar a capacitação em até 45 dias após a contratação dos profissionais e incluir a capacitação de profissionais contratados para executarem a política no interior. A instituição realizou a ação em menos de 45 dias após a contratação dos profissionais, cujo contrato de trabalho data de 21 de junho de 2016. Além disso, contemplou todos os profissionais responsáveis pela execução da política no interior.

Nas datas da capacitação, este era o quadro de colaboradores da instituição contratados até a data da capacitação (344 no total):

- a) 7 supervisores metodológicos
- b) 28 gestores sociais
- c) 242 analistas sociais
- d) 41 técnicos administrativos.

Deste total, não havia profissionais nas condições em que não devem ser considerados para integrar o cálculo, quais sejam aqueles que se encontrem:

1. Gozando férias;
2. De licença médica ou maternidade, de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho;
3. De aviso prévio;
4. De atestado médico, de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho;
5. De licença médica para acompanhamento médico de familiares em primeiro grau, de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho;
6. Profissionais contratados para atuação no interior do Estado cuja data de contratação seja inferior a 30 dias da data de realização do evento;
7. Óbito de familiares em primeiro grau, de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.
8. Realizando outra atividade de responsabilidade do profissional que não possa ser adiada, por um caráter de urgência ou emergência da mesma, desde que o fato esteja expressamente justificado e autorizado pela supervisão do termo de parceria.

Para efeito de contabilização, foram considerados presentes nestas capacitações os profissionais que assinarem a lista de presença. Foram considerados apenas os gestores sociais e supervisores contratados há menos de 30 dias antes da data do evento. O cargo de articulador político metodológico não foi considerado, tendo em vista que o mesmo não tinha sido contratado até a data da capacitação.

Estiveram presentes à capacitação, conforme listas de presença:

- a) Supervisor metodológico: 7, perfazendo o percentual de 100%;
- b) Gestor social: 19 no total, sendo 11 da Região Metropolitana de Belo Horizonte e 7 do interior, perfazendo o percentual de 63,33%;
- c) Analistas sociais: 235 analistas, sendo 57 do interior e 175 da Região Metropolitana de Belo Horizonte, perfazendo o percentual de 97%;
- d) Técnicos Administrativos: 41 técnicos administrativos, perfazendo o percentual de 100%.

A presença mais reduzida em termos de percentual de gestores sociais deve-se às demandas presentes nos CPC's, que exigiram que muitos se mantivessem nos territórios. Considerando a fórmula de cálculo e o cálculo de desempenho indicados na descrição do indicador, no plano de trabalho, temos que o total de empregados à época era de 318 pessoas, tendo sido o total de presenças de 302 pessoas, o que perfaz o total de desempenho de 94,96%.



Fonte de comprovação do indicador

Listas de presença das capacitações e seminários.

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'A' or 'J', located below the text.

A handwritten mark or signature, possibly a stylized 'S' or 'G', located in the bottom right corner of the page.

Área Temática: Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade

Nº e Nome do indicador: 6.1 Número de relatórios analíticos dos CPCs de base local

Resultados alcançados no período avaliatório		
Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/06/2016 a 31/07/2016	32	27

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

O Relatório Analítico de Centro de Prevenção à criminalidade - CPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos Centros de Prevenção à criminalidade - CPC de base local. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos pelos Centro de Prevenção à criminalidade - CPC de base local como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos gestores da política de prevenção à criminalidade acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação dos Centros de Prevenção à criminalidade - CPC de base local. Tanto a meta como o resultado deste indicador apresentam características cumulativas.

Desde sua chegada aos territórios, em 21 de junho de 2016, as equipes técnicas puderam circular e observar muitos fatos sociais e dinâmicas que interferem e interferirem na dinâmica local. Tendo em vista que os relatórios analíticos dos CPC de base local contribuem decisivamente para a elaboração do Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade (indicador 6.2), que deve ser entregue até o final do período avaliatório e com prazo suficiente para encaminhamento ao OEP, estabeleceu-se a data de 25 de julho como prazo para a entrega dos relatórios analíticos por cada CPC de base local.

Na oportunidade, foi efetuado o encaminhamento do Relatório Analítico por e-mail, concomitantemente à OSCIP e ao órgão parceiro, conforme comprovam os e-mails enviados pelos diferentes CPC's à CPEC, tendo sido por fim encaminhado em 29 de julho de 2017, por e-mail o plano de acompanhamento e avaliação continuada de desenvolvimento da política de prevenção social à criminalidade, onde constou uma listagem consolidando todos os CPC's que fizeram a remessa do relatório.

Os seguintes CPC's fizeram a entrega dos relatórios na data avençada (em ordem alfabética): 1) Bethânia (Ipatinga); 2) Cabana Do Pai Tomás; 3) Carapina; 4) Citrolândia; 5) Jardim Canaã; 6) Jardim das Alterosas; 7) Jardim Felicidade; 8) Jardim Leblon; 9) Jardim Teresópolis; 10) Justinópolis; 11) Minas Caixa; 12) Morumbi; 13) Morro Alto; 14) Palmital; 15) Pedreira Padro Lopes; 16) Primeiro de Maio; 17) PTB (Betim); 18) Ressaca; 19)Ribeiro de Abreu; 20) Rosaneves; 21) Santa Lúcia; 22) Serra; 23)Taquaril; 24)Veneza; 25)Via Colégio; 26) Vila Cemig/Conjunto Esperança; 27) Vila Pinho.

Foram elaborados 27 relatórios, tendo sido previstos 32. Não consignaram relatório os territórios de Morro das Pedras, Nova Contagem, Turmalina, Cidade Cristo Rei e Santos Reis. Neste passo, importante frisar que 3 territórios elencados estão sem gestor social, aguardando finalização de recrutamento (Santos Reis, Cidade Cristo Rei e Turmalina), já se encontrando em trâmite o processo para contratação de gestores sociais aptos ao desempenho da função, sempre em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações da OSCIP. Em relação aos gestores sociais que não fizeram a entrega (Nova Contagem) ou a fizeram intempestiva (Morro das Pedras), providências

administrativas foram empenhadas para que a entrega do relatório passe a ocorrer de forma rotineira.

A lista de relatórios elaboradas foi enviada, juntamente com o envio do plano de acompanhamento e avaliação continuada de desenvolvimento da política de prevenção social à criminalidade (indicador 6.2), como parte do corpo do documento.

**Fonte de comprovação do indicador**

E-mail para a CPEC com lista de relatórios elaborados no primeiro período avaliatório.



**Área Temática: Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade**

**Nº e Nome do indicador: 6.2 Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade**

<b>Resultados alcançados no período avaliatório</b>		
<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	1	1

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

A construção de um Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade tem como objetivo principal sistematizar informações e ações e com isso permitir o acompanhamento e a avaliação e intervenção nos cenários. O plano de acompanhamento e avaliação continuada é um indicador que se apresenta do segundo ao quinto período avaliatório. À evidência, o plano é um retrato do território em um dado momento (diagnóstico), acoplado à proposta de intervenções para que aquele cenário seja mudado. Conforme a descrição do indicador, o plano deve conter registros de fatos e fenômenos sociais percebidos nas áreas de abrangência para que sejam providenciados encaminhamentos em relação ao que é percebido. Para a produção do relatório, a equipe técnica da base local:

- a) registrou a situação social de violências e criminalidades nas áreas de abrangência dos CPC's de base local;
- b) analisou a situação de violência e criminalidades nas áreas de abrangência dos CPC's de base local;
- c) apontou as vulnerabilidades do público atendido pelos programas de prevenção à criminalidade;
- d) apresentou propostas de melhoria que considerar cabíveis.

Nos relatórios subsequentes (períodos avaliatórios 3, 4 e 5), a equipe técnica deverá partir do que foi planejado anteriormente em termos de propostas de melhoria (período avaliatório 2) e considerar alterações no cenário vivenciado (impactos e resultados).

Assim, o documento apresentado neste período avaliatório demonstrou o diagnóstico de metas e ações realizadas nos territórios (dificuldades, potencialidades e impactos até então percebidos); bem como um plano de melhorias (propostas de inovações, encaminhamentos prazos, resultados esperados).

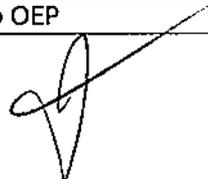
A construção do plano deu-se a partir das informações constantes do relatório fornecidos pelos diferentes centros de prevenção de base local. Propiciou-se assim uma série de registros e informações valiosas, especialmente para que se possa amadurecer quanto à escolha de indicadores de efetividade da política de prevenção.

A avaliação e o acompanhamento propostos, juntamente com o registro de informações de maneira sistematizada são de extrema importância para garantir a continuidade dos programas e para que se possa alocar os recursos de forma eficiente.

Faz parte do acervo comprobatório deste relatório gerencial a versão impressa do plano de acompanhamento, bem como o e-mail de encaminhamento e recebimento no dia 29 de julho de 2016, dentro do prazo estabelecido pelo OEP.

**Fonte de comprovação do indicador**

Plano encaminhado ao OEP



Área Temática: Gestão da entidade parceira  
Nº e Nome do indicador: 7.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Resultados alcançados no período avaliatório		
Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/06/2016 a 31/07/2016		-

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

A Comissão de Checagem Amostral realizou o trabalho de verificação dos processos de compras e contratações na data do dia 22 de agosto, tendo sido analisados uma amostra de 88 processos num total de 606, sendo eles:

Processos de compra: 1

Processos de serviços: 21

Contratação de pessoal: 30

Prestação de contas de viagens a trabalho: 36

A Comissão solicitou recomendações, que foram verificadas na Checagem de Efetividade realizada no dia 29 de agosto.

**Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios de Checagem Amostral (e relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Termo de Parceria em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.



**Área Temática: Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade**

**Nº e Nome do indicador: 8.5 Número de ações realizadas para a mobilização comunitária e participação social**

**Resultados alcançados no período avaliatório**

<b>Período avaliatório</b>	<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
01/06/2016 a 31/07/2016	10	20

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Conforme consta da descrição do indicador 8.5, a mobilização comunitária e a participação social são pontos chave da política de prevenção. Uma política pública deve ser construída a partir da colaboração do público atendido, partindo dele as pontuações que julguem necessárias para o aprimoramento da política de prevenção à criminalidade. A Oscip deve criar canais apropriados para promover a participação social direta na política, de forma a aproximar a OSCIP e o público atendido e interessados, favorecer o diálogo e a interlocução, o que só tem a agregar valor à construção da política. Para isso, é de suma importância que haja iniciativas que trabalhem o agregar de forças e a reflexão coletiva acerca da realidade social. De toda forma, o fomento à mobilização comunitária e participação social deve acontecer de forma ininterrupta, organizada e sistematizada. Neste sentido foi criado este indicador ligado às ações de inovação.

Para que as ações realizadas fossem definitivamente consideradas ações de mobilização comunitária e participação social, sem que se confundissem com ações que já são da metodologia do programa, a OSCIP e a equipe de trabalho do órgão estatal parceiro se debruçaram para trazer antes um conceito de mobilização comunitária e participação social que guiasse a construção e a realização das ações propostas como indicador no item 8.5 do plano de trabalho.

Foi então construído um conceito, o qual passamos a expor neste relatório.

A Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais busca desconstruir o ideário que exalta a Segurança Pública como eficaz somente a partir de ações repressivas e coercitivas, noção esta fortalecida pelo histórico político e ditatorial brasileiro. Ao conceber segurança pública como direito social, estimulando o protagonismo social. Ao lado da participação, a ideia de Mobilização Social também é norteadora das ações de Prevenção. Ela é apresentada como o processo por meio do qual se reforça os mecanismos de participação social. Por exemplo, os fóruns são descritos como espaços importantes de mobilização e articulação com os moradores das comunidades e equipamentos públicos em direção da realização de ações e projetos de interesse comum nos territórios.

O conceito em questão é mencionado frequentemente nas publicações da política, porém coube ao Programa Mediação de Conflitos (2009, 2010 e 2011) a sua explicitação mais recorrente: "a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar a realidade, em relação a uma causa que pode ser considerada de interesse público". (Henriques, 2005)

Há outras menções desse conceito nas publicações dos programas, tal como do Presp, embora não haja a explicitação do sentido específico empregado. Ele é vinculado às situações de interações e reflexões grupais acerca de temas de interesse público e surge através dos grupos realizados com egressos e egressas do sistema prisional. Esses espaços são estabelecidos com o propósito de criar "diálogos e trocas de experiências entre diferentes setores, incluindo os usuários do Programa, e potencializar uma reflexão-ação a partir da mediação de temas relativos ao exercício da cidadania" (Amorim, Oliveira e Matos, 2013, p. 202, 203).

Embora o conceito não se mostre explícito nas referências consultadas do Programa Fica Vivo!, observamos ações e procedimentos que podem ser caracterizados como sendo próprios de

mobilização e participação social. Ao dirigir sinergias para o problema da letalidade juvenil, as ações do programa fomentam a participação dos públicos em espaços político-institucionais, tais como conferências, audiências públicas, conselhos, seminários, estimulando assim, que eles sejam protagonistas nas proposições de políticas públicas voltadas para a proteção social da juventude.

Os espaços das oficinas também podem ser qualificados como de mobilização social, pois possibilitam a expressão de diferenças sem preconceitos e também ensejam reflexões sobre formas de redução de rivalidades violentas. Os oficinairos que as conduzem são referências nas comunidades, e em sua maioria, já atuavam no território antes da implementação do programa. Eles são mobilizadores dos públicos através do vínculo estabelecido nas oficinas e (...) "Favorecem para que adolescentes e jovens que não se interessem pelo atendimento em oficinas, se conectem as outras atividades do Programa ou aos demais serviços da rede de proteção". (Portfólio CPEC, 2016, p.10).

Embora se demonstre com facilidade o uso do conceito de mobilização na relação estabelecida entre o público e os programas de prevenção, destaca-se que o uso dessa noção vai além desta, pois perpassa também a relação com outras redes e políticas sociais. De acordo com Fabiana Leite (2009), na implantação de um CPC "busca-se garantir o atendimento ao público; (...) *promover a mobilização e a integração com as demais políticas sociais do município, dentre outras*". (Leite, 2009, p.43. grifo nosso) Assim, é possível pensar também em uma 'mobilização dos parceiros da rede'.

O eixo orientador da "representação política" dos gestores dos Centros de Prevenção à Criminalidade prevê que eles busquem "inserir no contexto político dos municípios a prevenção social à criminalidade como novo paradigma da segurança pública" (Leite, 2009, p.61). Nesse sentido, nota-se que o gestor social poderá atuar como um agente mobilizador, ou segundo Toro e Werneck (2004), como um "convocador de vontades" em torno da construção de uma nova visão acerca de segurança cidadã. Nesses espaços, a gestão social se imbuí de uma visão coerente com a atuação no contexto social em que a criminalização da pobreza se faz mais latente, tendo como premissa a atuação frente aos fatores de risco e a promoção de fatores de proteção aos indivíduos residentes nessas localidades, exaltando as redes de proteção social.

Nesse sentido, ele também atua na desconstrução da visão simplista de uma política de segurança pública, tão presente nas premissas empregadas por diversos atores sociais, e que por vezes se apresentam como desafios da integração da prevenção com outras políticas e parceiros. Não é raro encontramos nos espaços das redes traços de ideologia criminalizadora, ou mesmo de "combate" à criminalidade, muitas vezes expressos na flexibilização de direitos e garantias fundamentais, aumento da severidade das penas, preponderância da aplicação de penas privativas de liberdade, expansão do sistema prisional, etc.

Nota-se que nas reuniões dos grupos de intervenção estratégica (GIE) há um importante aspecto da mobilização de uma rede institucional para que a segurança pública se efetive nos territórios, junto com a proteção social. Por exemplo, as reuniões ordinárias dos GIE contribuem para aproximar e integrar os representantes dos órgãos compõem o sistema de defesa social e de justiça criminal, favorecem o esclarecimento de dúvidas quanto às funções e limitações de cada órgão e possibilitam que prioridades, percebidas como comuns a todos os envolvidos, sejam definidas.

Após o levantamento realizado, foi possível identificar o conceito que será utilizado como basilar no indicador 8.5 do Termo de Parceria 03/2016 celebrado com o IUUCI – Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania. A execução e descrição das atividades desse indicador devem estar alinhadas com Henriques (2004), que considera mobilização social como sendo a "reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público". (Henriques, 2004). Ou seja, não se objetiva somente a resolução de problemas, mas também a construção de objetivos comuns e divisão de sentimentos, responsabilidades e conhecimentos, metas fundamentais no trabalho cotidiano dos programas de prevenção no fomento de participação social em torno da segurança cidadã.

As atividades que constarem como ação desse indicador, que forem executadas pelas equipes que

compõem os programas da Política de Prevenção à Criminalidade, devem estar alinhadas com os objetivos dos mesmos. Para garantir tal diretriz, as ações serão acompanhadas pelos Supervisores Metodológicos de referência, propiciando a execução correta da metodologia e a efetividade da ação. A programação prévia das ações do indicador, a ser enviada pelo IJUCL e aprovada pela CPEC, além de conter data provável de realização e objetivo da ação, também deve constar de campo descritivo "possíveis desdobramentos", indicando que a ação deverá ter possibilidade de intervenção nos fenômenos de violência e criminalidade.

Por fim, restou claro que dentro das ações propostas do indicador de trabalho, é possível realizar ações de mobilização e participação nos espaços criados nas redes parceiras, por exemplo, junto a representantes de instituições das diversas teias que a Política de Prevenção se insere no território ou no âmbito municipal. No entanto, é preciso analisar o caráter da participação de representantes da Política de Prevenção, pois as ações do indicador não se confundem com reuniões metodológicas ou ordinárias, tais como reuniões com GEPAR ou simplesmente para discussão e/ou encaminhamento de casos. Elas se referem aquelas ações de rede que buscam tratar de demandas dos públicos da política de prevenção e colaborar com processos de mobilização comunitária dos mesmos. Nesses espaços, se propõe tratar sobre as ações de proteção social e fortalecer os canais de participação social em torno da segurança pública.

Partindo da linha conceitual definida entre OEP e Oscip, o indicador de realização de ações para a mobilização comunitária e participação social foi entregue dentro do prazo estabelecido. Foram pactuadas 10 ações para o período, porém 20 ações foram entregues.

Houve envio prévio da programação dessas ações e aprovação pela supervisão do termo, consistindo de dois ofícios, 083/2016 e 116/2016, enviados com quadro sumário, os quais são apresentados abaixo:

1 – Programação das ações constantes no ofício 083/2016:

#	CPC Local	Nome	Data	Objetivo da ação	Impactos / resultados
1	Rosaneves – Ribeirão das Neves	Mobilização Coletiva sobre Transporte	04/07	Acolher moradores organizados em torno da superação de problemas a relacionados ao transporte público local (atrasos, itinerários insatisfatórios, situação precária dos ônibus e alto custo da passagem).	Espaços de participação social frente ao poder público e de acesso à direitos criados. Essa ação pretende gerar efeitos relacionados com a emancipação dos sujeitos em torno dos problemas de interesse público vivenciados pela comunidade.
2	Taquaril – BH	Evento Rua de lazer setor 11	01/07	Promover o acolhimento inicial da demanda trazida pelo organizador do evento, que possui um comércio na região do "setor 11".	Evento de lazer a ser realizado no dia 31/07 no "Setor 11", uma região marcada pela baixa presença de instituições públicas e
3			07/07	Reunião com os moradores do "Setor 11" para planejamento da Rua de Lazer. O objetivo também é sensibilizar esses moradores, pois trata-se de região que tem se destacado na comunidade apenas pelos estigmas ligados ao baile funk.	

4			18/07	Reunião com os moradores visando a construção de frentes de trabalho, em relação às demandas de atuação nas redes locais e institucionais para construção do evento.	de estigmas relacionados ao baile funk. A realização do evento pretende construir coletivamente alternativas para o Lazer e à Recreação nesse local.
5		29/07	Reunião com os moradores para alinhamento das frentes de trabalho e acertos finais para últimos detalhes do evento.		
6		31/07	Realização do evento "Rua de lazer setor 11" – Presença de serviços diversos, tais como corte de cabelo, pula-pula e cama-elástica.		
7	Vila Cemig – BH	Associação de moradores Conjunto Esperança	07/07	Acolhimento inicial de lideranças da Vila Cemig e do Conjunto Esperança para alinhamento de expectativas e retomada da ação anteriormente suspensa. Novos convites foram feitos para outros moradores para participar no evento do dia 27/07.	Criação de uma Associação de Moradores para o Conjunto, que fomentará os vínculos de solidariedade e cooperação entre duas regiões marcadas por rivalidades relacionadas à dinâmica das violências e criminalidades locais.
8			27/07	Essa reunião apresentará a proposta da associação, compartilhará as experiências e contará com a presença do poder público (Orçamento Participativo) para orientações.	
9	Serra – BH	Mobilização Grupo de Mulheres do CRAS	07/07	Reunião inicial visará a mobilização do grupo de mulheres que teriam suas atividades físicas desligadas do CRAS e que estariam se organizando para que essas atividades comecem a ocorrer em outro local.	A intervenção da equipe do CPC busca promover o atendimento do grupo em serviços públicos da rede e aumento de sua capacidade de atuação frente as suas necessidades, tendo em vista a demanda de acesso aos serviços disponíveis.
10	Pedreira Prado Lopes – BH	Conflitos Condominiais – Ed. Ágata 1	11/07	Reunião inicial de acolhimento e mobilização de moradores do condomínio "Ágata 1", que demandam discussão de conflitos existentes no condomínio, tais como ausência de síndico, ausência de regras de	Ampliação os espaços de diálogo e debate acerca dos problemas apontados, de modo a envolver o maior número de moradores e demandas de outros condomínios adjacentes.

				convivência, prestação de contas e outras questões de organização interna.	Construção de regras de convivência e a busca de autônoma de resolução pacífica dos conflitos junto aos representantes do poder público
11			25/07	Reunião para continuidade no debate das pautas e envolvimento de outros moradores do condomínio.	
12	Jardim Felicidade – BH	Ação Coletiva Associativismo	27/07	Reunião inicial com representantes da associação comunitária da região que visará discutir a sua formalização. Os moradores têm interesse de discutir tal processo de formalização, assim como construir o estatuto, as eleições e outras demandas de mobilização e participação social em torno dessa temática.	Formalização da associação com a construção o estatuto, realização das eleições e outras demandas de mobilização e participação social em torno dessa temática.

2 – Programação das ações constantes no ofício 116/2016:

#	CPC / Local	Nome	Data	Objetivo da Ação	Impactos/ Resultados
1	CPC Contagem – Centro	Mobilização do público da prevenção para Workshop de Empreendedorismo	25/jul	Sensibilização inicial do público interessado, buscando acolhimento e adesão ao Workshop de Empreendedorismo	Promover a adesão dos públicos no Workshop, reduzindo o absentéismo.
2	CPC BH – Centro		26/jul		
3	CPC Contagem – Ressaca		27/jul		
4	CPC Centro – Santa Luzia		28/jul		
5	CPC Centro – Betim		29/jul		
6	CPC Centro – Ribeirão das Neves		29/jul		
7	CPC Via Colégio – Santa Luzia	Mobilização dos moradores em torno de Casamento Coletivo	22/jul	Reunião com moradores que demandam acesso à defensoria pública e ao casamento coletivo na comunidade	Promover o acesso à direitos dos moradores que tem interesse em oficializar a união através do casamento.
8		Mobilização junto à Associação São Cosme	19/jul	Reunião com moradores visando discutir ações da prevenção no território.	Promover a adesão dos públicos a ações conjuntas entre CPC Via Colégio e Associação São Cosme
9	CPC Serra – BH	Mobilização em torno de obra considerada irregular pela comunidade	16/jul	A partir da demanda apresentada pela comunidade, a reunião visa discutir a possibilidade de atuação da prefeitura de BH, evitando acidentes e	Promover espaço de dialógico e propositivo sobre a demanda apresentada pela comunidade,

				riscos no beco Cuíca. Espera-se que ao expor o problema, construa-se identidade de propósitos em direção à superação dos problemas e fomenta-se a organização comunitária na região.	minimizando os fatores de risco e promovendo o acesso à direitos.
10		Mobilização acerca do funcionamento da academia da cidade	20/jul	Reunião tem o objetivo de discutir o encerramento das atividades da academia da cidade e construir a possibilidade de alteração do turno de funcionamento.	Fomentar o acesso ao serviço e promover o empoderamento do grupo em torno da resolução de problemas com a rede pública local
11	CPC Minas Caixa – BH	Café com lideranças	22/jul	Reunião com a lideranças para identificação e discussão de questões/ problemas do território.	Promover a aproximação e mobilização das lideranças comunitárias em torno de problemas comunitários.

As ações contabilizadas acima são descritas individualmente em datas distintas, embora sejam agrupadas e nomeadas conforme linha de atuação geral visando impactar nas dinâmicas sociais de criminalidade local. Em cada um dos dias de realização das ações com os públicos foi lançado um objetivo diferente, pois tão importante quanto estimular o início de uma mobilização social é manter os públicos vinculados à causa/ objetivo identificado, baseando-se no vínculo de co-responsabilidade. Por esta razão, as ações demandaram diferentes atuações técnicas e estratégicas das equipes dos Centros de Prevenção. Destaca-se que cada equipe manifestou um perfil de trabalho distinto, não havendo um padrão único a ser seguido. Entretanto, de modo geral, houve o trabalho criativo de divulgação prévia da ação para os públicos-alvo, muitas vezes ensejando o protagonismo de lideranças comunitárias, jovens, gestores e agentes institucionais de políticas públicas locais, etc., para que esses fossem agentes da divulgação local. Em alguns casos, tais estratégias de mobilização social prévia desenvolveram atividades de 1) divulgação do evento local por meio de contatos telefônicos, 2) uso de materiais tipo flyers e cartazes, afixando-os ou distribuindo-os em locais estratégicos da região, 3) conversas individuais com pessoas com potencial de adesão à proposta de participação nos encontros temáticos, 4) participação da equipe técnica em reuniões de rede, comissões locais, etc., enfim, em situações grupais em que as pessoas com potencial de adesão à proposta pudessem ser sensibilizadas para a ação.

Com relação às dinâmicas dos encontros das ações propriamente dizendo, em harmonia com o conceito orientador sobre a mobilização comunitária e participação social anteriormente mencionado, as equipes cumpriram um importante papel organizativo. Em muitas ações elas atuaram como facilitadoras do diálogo, auxiliando a coordenação das falas dos presentes, destacando os pontos convergentes, identificando as necessidades comuns e “escalando as prioridades”, devido à diversidade das demandas apresentadas. Houve situações de empregos de técnicas de dinâmicas de grupos, tais como jogos, filmes e palestras interativas em formato de rodas de conversa.

A organização da logística dos encontros foi outro tópico importante desenvolvido, no qual houve reserva prévia de local apropriado para realização das ações.

No início do período avaliatório planejou-se a criação de 10 encontros temáticos com públicos dos territórios de abrangência dos CPC's na RMBH, buscando implementar neles espaços de debate e construção coletiva, nos quais os problemas vivenciados pelos moradores das comunidades dos territórios pudessem ser identificados e estratégias de enfrentamento a eles fossem criadas. As

estratégias de enfrentamento seriam gestadas pelos próprios grupos envolvidos, com apoio das equipes de analistas sociais dos CPC's.

Contudo, essa estratégia foi descontinuada ao avaliá-la junto às diretorias dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo!, notando necessária uma readequação da estratégia de implementação destas ações nos territórios. Ponderou-se o período de transição entre OSCIP's e a necessidade de retomada dos casos e as ações anteriormente suspensas junto aos moradores e parceiros da rede dos territórios, chegando-se à conclusão de que os objetivos deste indicador seriam melhor alcançados por meio do acompanhamento destas ações e casos suspensos junto às equipes dos Centros de Prevenção. Assim, não se tratava de criar novos espaços, mas sim, continuar os processos de mobilização fomentados anteriormente. Em decorrência disso, uma aproximação com as equipes dos CPC's foi realizada, resultando na explicitação de alguns processos de mobilização comunitária adotadas pelas equipes e na otimização das estratégias de criação de vínculos de co-responsabilidade junto a públicos e parceiros dos territórios e das redes municipais.

Em algumas ações acompanhadas no período notou-se que as equipes criaram um ambiente propício para explicitação dos conflitos vivenciados entre as comunidades e os poderes públicos, relacionados a articulação do acesso a serviços básicos, tais como transporte, habitação/ moradia, assistência judiciária e lazer. Foi necessária a discussão da relação anteriormente desenvolvida pela política de prevenção com outras instituições e políticas públicas, antes deste termo de parceria, tal como a política de habitação do município de Belo Horizonte, desenvolvida pela URBEL, a fim de que as ações de mobilização fomentadas nos territórios não corressem equivocadamente o risco de se sobreporem nas ações dessas outras políticas.

Avalia-se que a criação desses espaços para exposição de problemas diante de outros moradores – como espaço de trocas – ensejou identidade entre os presentes, isto é, uma oportunidade de eles compreenderem que outros moradores vivenciam o mesmo problema e que juntos podem direcionar forças conjuntas para solucioná-lo. Esses foram importantes passos à efetividade da mobilização e participação comunitária em ações de prevenção à criminalidade.

Notou-se em algumas ações acompanhadas que processos de organização comunitária estiveram presentes, isto é, que em paralelo à resolução de uma demanda específica pela comunidade frente ao poder público, esta movimentação da comunidade gerou efeitos na sua capacidade de resolver problemas de modo autônomo. Destaca-se que a demanda do associativismo tem sido tratada em alguns casos associada a esses processos de organização comunitária. Os analistas têm sido convidados a refletir nas conseqüências positivas que determinada ação coletiva de solucionar um problema pode resultar em termos de capacidade de alguns grupos identificarem e mobilizarem-se por si mesmos em torno de problemas de interesse público, inclusive aqueles afetos à criminalidade e à violência.

As ações de mobilização foram de importância vital para fortalecer os laços dos públicos e reduzir o absenteísmo relacionado ao produto "Workshop de Empreendedorismo", proposta que pretende permitir acesso às ferramentas de gestão para a criação de negócios sociais e empreendimentos. Além das atividades prévias de divulgação, dinâmica dos encontros e organização geral e logística antes mencionadas, as equipes dos Centros de Prevenção atuaram também na análise do perfil e indicação do público de territórios diferentes para participar do evento.

De um modo geral, O IJUCI avalia que as equipes precisam ampliar os canais de formação teórico-prática em torno da temática de mobilização comunitária e de intervenção com grupos. Em consonância com esse apontamento, a equipe de gestores sociais também indica essa necessidade. Assim, o IJUCI tem construído propostas junto às diretorias dos programas, buscando identificar problemas e planejar processos didático-pedagógicos junto às equipes de analistas, principalmente junto aos programas que desenvolvem intervenção direta com grupos, como é o caso do Presp, Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Pretende-se ampliar tais canais de formação técnica nessa dimensão do trabalho, de modo que os processos de mobilização também sejam percebidos como geradores de efeitos em si mesmos nos públicos atendidos.

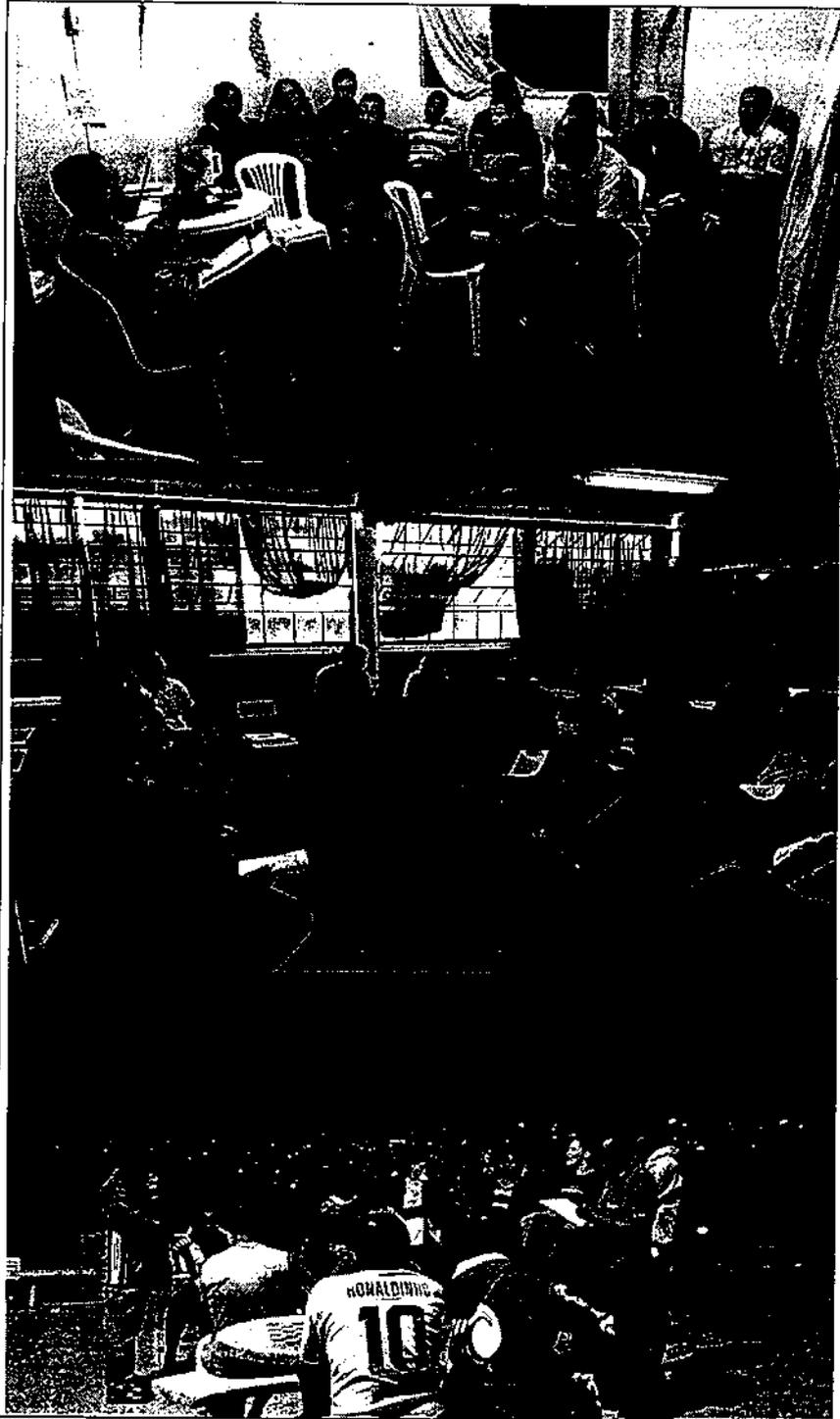
Segue abaixo a listagem e data das ações contempladas:



CPC	Nome da Ação	Ofício	Data Prevista	Data de Execução
Taquaril – BH	Evento Rua de lazer setor 11	083/2016	01/jul	01/jul
Rosaneves – Ribeirão das Neves	Mobilização Coletiva sobre Transporte	083/2016	04/jul	04/jul
Serra – BH	Mobilização para continuidade da Academia da Cidade	083/2016	07/jan	06/jul
Taquaril – BH	Evento Rua de lazer setor 11	083/2016	07/jul	07/jul
Vila Cemig – BH	Associação de moradores Conjunto Esperança	083/2016	07/jul	07/jul
Pedreira Prado Lopes – BH	Conflitos Condominiais – Ed. Ágata 1	083/2016	11/jul	11/jul
Serra – BH	Mobilização em torno de obra considerada irregular	116/2016	16/jul	16/jul
Taquaril – BH	Evento Rua de lazer setor 11	083/2016	18/jul	18/jul
Via Colégio	Mobilização junto à Associação São Cosme	116/2016	19/jul	19/jul
Palmital – Santa Luzia	Mobilização dos moradores em torno de casamento Coletivo	116/2016	22/jul	22/jul
Minas Caixa - BH	Café com lideranças	116/2016	22/jul	22/jul
Contagem Centro	Mobilização do público da prevenção para Workshop de Empreendedorismo	116/2016	25/jul	25/jul
Taquaril – BH	Evento Rua de lazer setor 11	083/2016	29/jul	26/jul
BH - Centro	Mobilização do público da prevenção para Workshop de Empreendedorismo	116/2016	26/jul	26/jul
Jardim Felicidade – BH	Ação Coletiva Associativismo	083/2016	27/jul	27/jul
Vila Cemig – BH	Ação Coletiva Associativismo	083/2016	27/jul	27/jul
Ressaca	Mobilização do público da prevenção para Workshop de Empreendedorismo	116/2016	27/jul	27/jul
Santa Luzia	Mobilização do público da prevenção para Workshop de Empreendedorismo	116/2016	28/jul	28/jul
Betim	Mobilização do público da prevenção para Workshop de Empreendedorismo	116/2016	29/jul	29/jul
Taquaril – BH	Evento Rua de lazer setor 11	083/2016	31/jul	31/jul

De forma geral, o detalhamento das ações com a comprovação de listas de presença, atas e registro fotográfico acompanham o acervo comprobatório deste relatório, assim como os ofícios de aprovação das ações pela supervisão do termo de parceria.

Seguem, abaixo, alguns exemplos das ações realizadas por meio de seus registros fotográficos:



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



Fonte de comprovação do indicador

Registro fotográfico, lista de presença e atas.

3 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS – 1º TRIMESTRE

Área/Temática	Produto	Peso (%)	Início (Mês)	Término (Mês)	Período Avaliatório	Status
4 Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	4.2. Apresentar um diagnóstico de potencialidades locais para a mobilização comunitária	5	Mês 1	Mês 4	2º	3

1 Possíveis Status de Execução: 1- Plenamente executado dentro do prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Não executado




### 3.1 – Detalhamento da realização dos produtos:

**Área Temática:** Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade  
**Nº e Nome do produto:** 4.2. Apresentar um diagnóstico de potencialidades locais para a mobilização comunitária

Duração		Status <sup>1</sup>
Início (Mes)	Término (Mes)	
1	4	3

<sup>1</sup> Possíveis Status de Execução: 1- Plenamente executado dentro do prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Não executado

**Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório**

O produto Diagnóstico de Potencialidades Locais para Mobilização Comunitária não foi entregue dentro do prazo estabelecido por não ter havido propostas mínimas necessárias em vista da publicação de edital de contratação, tendo sido necessário estender o prazo para recebimento de propostas.

No dia 24/05/2016 ocorreu a primeira publicação do termo de referência e no dia 09/06/2016 foi republicado pelo prazo de mais dez dias, conforme os links do site do IJUCI abaixo:

1) 24/05/2016 – Publicação do termo de referência:  
<http://www.ijucimg.org.br/noticia/termo-de-referencia-para-contratacao-de-consultoria-de-diagnosticos>

2) 09/06/2016 – Republicação do termo de referência:  
<http://www.ijucimg.org.br/noticia/termo-de-referencia-para-contratacao-de-entidade-de-pesquisa-e-diagnostico-----prazo-estendido>

Na primeira oportunidade de publicação do termo de referência, não houve número de empresas interessadas suficientes (três, ao menos), conforme Regulamento de Compras e Contratações. Com a extensão do prazo para nova oportunidade, houve a apresentação de 3 (três) propostas. Esse imprevisto, inesperado, acarretou um atraso na contratação da entidade vencedora, haja vista que o Regulamento de Compras e Contratações prevê prazo de 10 dias úteis para recebimento das propostas. Consequentemente, embora acreditássemos que a entidade conseguiria entregar o produto a tempo, considerando ainda a possibilidade de dilação de prazo para entrega do produto em caso de atraso (o que posteriormente foi decidido que não cabia dilação de prazo) e principalmente, dado a relevância e premente necessidade de levantamento e atualização de dados para execução da política, após análise das três propostas para prestação do serviço da pesquisa diagnóstica recebida, a entidade contratada foi o Instituto Olhar – Pesquisa e Informação Estratégica. A entidade apresentou proposta mais vantajosa com o menor preço. O contrato foi celebrado em 01/07/2016, porém os prazos pactuados para execução da pesquisa iniciaram-se no dia 08/07/2016 e a entrega dos produtos finais está prevista para o dia 30 de setembro.

Destaca-se que a entidade contratada apresentou a proposta mais vantajosa não somente em preço, mas também considerando o prazo de conclusão dos trabalhos. Notou-se que outra entidade de pesquisa, por exemplo, projetou o prazo mínimo de 12 (doze meses) para realização da pesquisa. Compõe o acervo comprobatório deste relatório as cópias do processo de contratação aqui mencionado.

A proposta contratada vem realizando um estudo que pode ser agrupado em dois módulos

complementares. O primeiro módulo, de caráter quantitativo, realiza pesquisas em bases de dados secundários e prevê a busca de um amplo conjunto de indicadores que envolvem elementos demográficos, econômicos, sociais, criminais, de violência, ambientais, históricos, institucionais, de mobilização social, de capital social, dentre outros que possam ser utilizados para contextualização de cada território. Tal busca envolve a localização das possíveis fontes de dados (IBGE, ONG'S, órgãos governamentais, etc.), bem como para tabulação e análise territorial.

O segundo módulo, de caráter qualitativo, interpretativo e inspiração etnográfica, prevê a combinação de diferentes técnicas de coleta de dados. De modo sistemático, estão sendo aplicadas ao menos 03 (três) entrevistas em profundidade em cada um dos territórios, com utilização de roteiro não estruturado e gravação de áudio. Previu-se a imersão do pesquisador em campo por dois dias em cada um dos 32 (trinta e dois) territórios da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Ao final do prazo para a entrega dos produtos da pesquisa (30 de setembro), serão disponibilizados os seguintes documentos auxiliares:

**1) Relatório individual por território:** Tais relatórios apresentarão um formato executivo que apresente todos os indicadores levantados a partir de fontes de dados públicos e um resumo das principais informações levantadas na fase qualitativa, segmentadas por categoria (aspectos), previstas no Termo de Referência. Serão 32 (trinta e dois) relatórios;

**2) Relatórios individuais de pesquisa qualitativa:** Estes relatórios resultam da imersão em campo e entrevistas em profundidade irão relatar as principais informações levantadas em cada uma das entrevistas em profundidade, registros fotográficos, transcrições de trechos das entrevistas e observações de cada pesquisador;

**3) Relatório analítico geral:** este relatório será elaborado a partir da análise geral de todos os territórios. Seu objetivo é discutir, sinteticamente, os elementos coincidentes e divergentes que se relacionam com o bem-estar das comunidades locais, mais especificamente no que se refere à violência e à segurança.

**4) Banco de dados em Excel:** Os dados secundários levantados por região serão organizados em uma planilha de modo a permitir que análises estatísticas futuras sejam realizadas.

Nas primeiras semanas de trabalho foi realizado o planejamento técnico entre representantes do IJUCI e do Instituto Olhar, sendo acertados os instrumentos utilizados pelos pesquisadores, elaborado cronograma de campo e a forma de participação das equipes dos Centros. Em seguida, no dia 18/07/2016, a coleta de dados se iniciou, sendo feitos contatos prévios com a gestão social dos CPC's para agendamento. Tal programação de campo tem previsão de término em 11/08/2016.

Esse processo de imersão no campo já iniciado tem demandado ajustes de agenda entre os pesquisadores consultores do Instituto Olhar e as equipes dos Centros de Prevenção. Em alguns casos, em razão do conflito entre curto prazo para entrega dos produtos finais e a agenda de trabalho já construída das equipes, foi necessário intensa negociação entre a equipe do Centro de Prevenção e os pesquisadores. Em dois casos específicos, em razão de eventos relacionados à dinâmica criminal do território, a programação prevista foi cancelada e refeita. De forma geral, embora o produto não esteja sendo apresentado no prazo definido pelo plano de trabalho, serão concluídos satisfatoriamente, não tendo sido observados novos eventos neste ou em qualquer outro dessa natureza.

Diante do exposto, solicita-se para fins de cálculo da nota a desconsideração deste produto neste período avaliatório.

**Fonte de comprovação do produto**

Apresentação do relatório de diagnóstico em formato impresso.



4 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

QUADRO 3 – COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO

	Previsto				Realizado				Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
	Entrada de Recursos	Acumulado	Mês 3	Mês 4	Acumulado	Mês 3	Mês 4	TOTAL		
			01/06/16 a 30/06/16	01/07/16 a 31/07/16		01/06/16 a 30/06/16	01/07/16 a 31/07/16			
1										
1.1	Receitas									
1.1.1	Repasses do Termo de Parceria	3.563.482,72	-	4.965.063,82	8.528.546,54					
	Receita					1.213.482,72	2.000.000,00	3.563.482,72	41,78%	
1.1.2	Arrecadada em Função do TP	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	-	-	-	-	5.800,37	15,65	5.816,02	-	
(E) Total de Entradas:		3.563.482,72	-	4.965.063,82	8.528.546,54	1.219.283,09	2.000.015,65	3.569.298,74	41,85%	
2	Saída de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	Salários	144.303,36	835.193,00	835.193,00	1.814.689,36	269.473,50	664.139,30	987.884,80	54,44%	
2.1.2	Estagiários	-	143.052,80	143.052,80	286.105,60	-	-	-	0,00%	
2.1.3	Encargos	119.103,04	571.843,36	571.843,36	1.262.789,76	318.873,99	359.348,06	678.642,05	53,74%	
2.1.4	Benefícios	35.280,76	228.633,45	218.953,45	482.867,66	63.854,70	155.832,78	231.484,33	47,94%	
	Subtotal (Pessoal):	298.687,16	1.778.722,61	1.769.042,61	3.846.452,38	652.202,19	1.179.320,14	1.898.011,18	49,38%	
2.2	Gastos Gerais	327.018,65	1.047.839,30	705.739,30	2.080.597,25	49.075,92	231.013,48	286.703,85	13,78%	
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	111.215,00	-	111.215,00	-	1.780,00	1.780,00	1,60%	
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	
(S) Total de Saldos:		625.705,81	2.937.776,91	2.474.781,91	6.038.264,63	701.278,11	1.412.113,62	2.186.495,03	36,21%	

#### 4.1 – ANÁLISE DAS DESPESAS E RECEITAS DO PERÍODO

Inicialmente cumpre esclarecer que foi verificado um erro no 1º Relatório Gerencial Financeiro, na aba “Resumo”. O campo de “Saldo Fundo Fixo no período” foi preenchido com valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo que, na realidade, tal valor deveria compor o campo “Saldo Extrato C/C do TP no período”, haja vista se tratar do saldo da Conta Poupança vinculada à conta corrente do Termo de Parceria, cujo valor foi integralmente transferido para a Conta Investimento de resgate automático, também vinculada à conta corrente, na data de 18/08, assim que foram creditados a remuneração básica e os juros (data de aniversário da conta poupança). Assim, o saldo do Fundo Fixo no 1º Período Avaliatório é R\$0,00, sendo que o quadro “Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)” ficaria da seguinte forma:

<b>Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)</b>	
<b>Saldo Extrato C/C do TP no período</b>	<b>154.283,70</b>
<b>Saldo Extrato CI do TP no período</b>	<b>122.700,50</b>
<b>Saldo Extrato C/C de RA no período</b>	<b>-</b>
<b>Saldo Extrato CI de RA no período</b>	<b>-</b>
<b>Saldo Fundo Fixo no período</b>	<b>-</b>
<b>( = ) Saldo Financeiro no período</b>	<b>276.984,20</b>
<b>CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00</b>	<b>-</b>

Além disso, ainda com relação ao 1º Relatório Gerencial Financeiro, é importante ressaltar que a vinculação dos pagamentos na Aba “TP” foi feita de forma incorreta, haja vista que foi utilizado, para os pagamentos referentes à folha de pessoal, o subitem “Área Meio - Atividades e Gastos”, quando deveria ter sido utilizado “N/A”. Assim, o 1º RGF foi alterado.



Com essa alteração, a aba de "Gasto das Atividades", no 1º RGF, passa a ficar da seguinte forma:

Nº	Atividades do Termo de Parceria - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado			Realizado (/) Previsto
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	nº/01 Relatório Gerencial Financeiro	Total	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	2.748.177,05	-	26.209,62	26.209,62	0,95%
2	Programa Mediação de Conflitos	-	-	-	-	-
3	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	-	-	-	-	-
4	Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - CEAPA	-	-	-	-	-
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	-	-	-	-	-
6	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade	-	-	-	-	-
7	Ações transversais realizadas pela política de prevenção social à criminalidade	-	-	-	-	-
8	Catálogo da Rede de Prevenção à Criminalidade	-	-	-	-	-
9	Diagnóstico de potencialidades locais para a mobilização comunitária	-	-	-	-	-
10	Banco de Boas Práticas	-	-	-	-	-
11	Mostra cultural, aberta ao público em geral, envolvendo as práticas e temáticas desenvolvidas pelos quatro programas	-	-	-	-	-
12	Workshop sobre empreendedorismo	-	-	-	-	-
13	Número de projetos sociais elaborados pelas comunidades e encaminhados a agentes financiadores	-	-	-	-	-
14	Número de projetos de geração de trabalho e renda	-	-	-	-	-
15	Número de pessoas beneficiárias dos programas encaminhadas para ocupação formal	-	-	-	-	-
16	Número de instituições, empresas e organizações com adesão formal à rede de prevenção à criminalidade	-	-	-	-	-
17	Número de eventos realizados para a amobilização comunitária	-	-	-	-	-

Relativamente ao provisionamento de pessoal do 1º Período Avaliatório, após a apresentação do Relatório percebeu-se um erro nos valores apresentados, sendo que os mesmos foram retificados para esse 2º Relatório Gerencial Financeiro. Assim, na aba "Provisionamento de Pessoal" desse 2º Relatório, já consta o transporte no valor de R\$33.752,10, valor correto a ser considerado para tal

provisionamento. Ressalte-se que havia sido informado, no 1º Relatório Gerencial Financeiro, o valor de R\$18.811,83 (dezoito mil, oitocentos e onze reais e oitenta e três centavos) como sendo de provisionamento de pessoal, o que estava incorreto (constou que tal valor seria transferido para a Reserva de Recursos, também de forma incorreta, já que se referia à conta de provisionamento de pessoal).

Com relação aos repasses, importante observar que o 1º repasse, no importe de R\$3.563.482,72 (três milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos) foi feito na integralidade, sendo a última parte dele depositado na conta do Termo de Parceria no dia 18/07/2016. Já o 2º repasse, no valor de R\$4.965.063,82 (quatro milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, sessenta e três reais e oitenta e dois centavos), foi efetivado no dia 19/08/2016.

Acerca das rubricas que exigem rateio de despesas, nos termos do art. 71 do Decreto 46.020/2012, esclarecemos que foi objeto de justificativa pela Instituição em sede de checagem de efetividade as despesas de aluguel da sede, internet e telefonia fixa, e website, o que foi feito nos seguintes termos:

- **Aluguel** – Foi acordado com essa Secretaria que o aluguel seria pago parte com recursos advindos do Termo de Parceria e a outra parte com recursos próprios da Instituição, na base de 86,51% e 13,49%. De fato, todos os outros Programas executados pela Instituição possuem sede própria, sendo que somente os Coordenadores Financeiros dos demais programas ficam na sede administrativa do IJUCI. Assim, tendo em vista que o 2º e o 3º andar medem, cada um, 209,55 m<sup>2</sup>, o valor pago com recursos da Prevenção abarca os dois andares e 5,57% do 1º andar, onde ficam a recepção e os advogados que prestam serviços voluntários aos usuários atendidos pelo IJUCI. Por essa razão, a divisão foi feita da forma como informada, sendo que o valor total do aluguel é de R\$9.150,00 (nove mil cento e cinquenta reais), cabendo à Prevenção o valor de R\$7.916,00 e ao IJUCI o valor de R\$1.234,00;
- **Internet e Telefonia fixa** – Também foi acordado que o pagamento de internet e telefonia fixa, nos dois primeiros meses de execução do Termo de Parceria, seriam arcados exclusivamente pelo IJUCI, com recursos próprios. A partir do terceiro mês, tais despesas

seriam pagas com recursos do Termo de Parceria, o que foi feito. De fato, como já informado, todos os outros Programas executados pela Instituição possuem sede própria, sendo que somente os Coordenadores Financeiros dos demais programas ficam na sede administrativa do IJUCI. Esses possuem telefone corporativo, cujas despesas são pagas com recursos do convênio ao qual estão vinculados, bem como modem portátil, o que lhes confere acesso à internet também quitado com recursos próprios. Por essa razão, toda a despesa de telefonia fixa e internet é arcada pelo Termo de Parceria, uma vez que tais recursos somente são utilizados pelos funcionários do Termo, em razão da execução do mesmo. Ressalte-se que mesmo aos advogados voluntários que prestam serviços na sede do IJUCI, não é facultada a utilização da internet da Instituição, ficando de responsabilidade de cada profissional trazer modem portátil de forma a ter acesso à internet.

- **Website** - Esclarecemos que o IJUCI já possuía um site institucional que, até o momento, atendia às necessidades dos demais convênios executados. Quando o Termo de Parceria para execução da Política de Prevenção à Criminalidade foi celebrado, passou-se a exigir um website mais bem construído, com divisões e capacidade de publicação de documentos oficiais com acesso mais fácil à toda a população interessada. Assim, fez-se necessária a contratação de empresa especializada na área, uma vez que até então o site era desenvolvido unicamente através de parcerias e voluntariado. Como os demais convênios e a própria Instituição não possuem recurso a ser destinado à elaboração de website, na forma como exigido por essa CPEC, o contrato celebrado para criação e manutenção do website versou somente acerca da criação de site destinada à Prevenção, tendo sido celebrado contrato de voluntariado com um profissional capacitado, visando o desenvolvimento de outras abas e funcionalidades de forma a abarcar os demais convênios e ações desenvolvidas pelo IJUCI. Resta claro, portanto, que o rateio a ser feito nas despesas de construção de website segue como apresentado: R\$29.600,00 a ser pago com recursos do Termo de Parceria, e o restante a ser desenvolvido através de Termo de Voluntariado, que se encontra na pasta do processo de contratação do fornecedor selecionado.

Nesse período avaliatório fez-se necessário sacar da conta corrente do Termo de Parceria a quantia de R\$2.000,00 (dois mil reais) para realizar despesas com cartório. Ressalte-se que os estabelecimentos cartorários não aceitam pagamento em cheque, nem transferência eletrônica, e

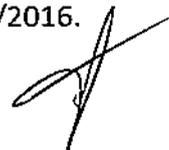
nem emitem boleto. A única forma de pagamento, portanto, é em espécie, sendo que para alguns serviços não é possível saber com antecedência o valor a ser gasto (exemplo: registro e arquivamento de Atas, averbações, certificado de registro, arquivamento, reconhecimento semelhança e autenticação). Dessa forma, a fim de efetuar tais despesas, o valor foi sacado da conta, sendo devolvido o valor remanescente, no importe de R\$1.274,04 (um mil duzentos e setenta e quatro reais e quatro centavos), lançamentos de números 409 e 690 da Aba "TP" do Relatório Gerencial Financeiro.

Tal ação se fez necessária em virtude da necessidade de entregar à Caixa Econômica Federal documentos registrados em cartório e autenticados, a fim de viabilizar a liberação de pagamentos eletrônicos, via DOC e TED, bem como a liberação de senhas eletrônicas para tal finalidade.

Mais uma vez, merece atenção a situação referente aos rendimentos da conta de Fundo Fixo (conta investimento). Tal conta, que recebe os recursos que serão utilizados no prazo de até 30 (trinta) dias, é a Caixa FIC GIRO Empresas Referenciado DI LP. Tem rentabilidade e liquidez diárias, e taxa de administração de 0,40% ao ano. Por essa razão, o fechamento da mesma se dá no início do mês subsequente, quando é possível visualizar os rendimentos e a tributação cobrada.

Tal situação ocorrerá em todos os meses, vez que somente no início do mês subsequente ao de competência consegue-se visualizar o saldo, os rendimentos brutos e os impostos incidentes.

Assim, no início do mês de Junho/2016, tão logo o extrato foi publicado, procedeu-se à transferência do valor líquido dos rendimentos referentes ao mês de Maio/2016, no importe de R\$2.152,43 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos). Em Julho/2016 foi transferido o valor de R\$3.663,59 (três mil, seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), que se referem aos rendimentos das contas no mês de Junho/2016.



## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste segundo período avaliatório, referente aos meses de junho e julho de 2016, o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI cumpriu parte das metas previstas dentro de prazo estabelecido.

Os indicadores que se relacionam diretamente à atuação dos Programas (1.1 e 1.2 – Programa Mediação de Conflitos; 2.1 e 2.2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!; 3.1 e 3.2 – Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - CEAPA; 4.1 e 4.2 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp) foram em maioria atingidos parcialmente devido ao período de retorno das atividades. Além disso, a contratação das equipes da área fim só ocorreu no dia 21 de junho, o que reduziu os dias de atividades de 60 (sessenta) para uma média de 40 (quarenta dias).

Dentre esses indicadores, os indicadores 3.2 *Percentual de cumprimento integral das penas e medidas alternativas* e 4.1 *Número de egressos inscritos no Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional* foram integralmente cumpridos, atingindo um percentual de 98,59% no que se refere ao indicador 3.2 e um número de 865 inscritos correspondente ao indicador 4.1.

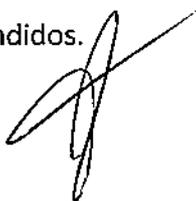
O indicador 5.1 que corresponde à participação das equipes na I Capacitação Quadrimestral atingiu 94,96% da meta, sendo que as demandas provenientes dos territórios dificultaram a presença integral de todas as equipes.

O indicador 6.2 *Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade* foi inteiramente cumprido dentro do prazo estabelecido, propiciando além do atingimento da meta uma aproximação e apropriação do trabalho e do contexto no qual os Programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade estão inseridos.

O indicador 8.5 *Número de ações realizadas para a mobilização comunitária e participação social* foi cumprido integralmente, alcançando 200% da meta estipulada. Este número indica o potencial dos Programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade no acolhimento das demandas do público alvo e nas possibilidades de intervenções qualificadas.

O produto 4.2 *Apresentar um diagnóstico de potencialidades locais para a mobilização comunitária* não foi entregue dentro do prazo estabelecido devido ao atraso na contratação da empresa. Contudo, dado à importância deste produto para a atuação da Política de Prevenção Social à Criminalidade o IJUCI realizará a sua entrega.

Embora parte das metas não tenha sido integralmente atingida, conforme previsto no Termo de Parceria 35/2016, os resultados apresentados neste segundo período avaliatório demonstram o empenho da OSCIP no cumprimento destas metas. Para os próximos meses, o IJUCI visa aprimorar suas ações no intuito de agregar resultados cada vez mais positivos para o Estado de Minas Gerais e toda população e territórios atendidos.



## 6 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL

### 6.1 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF

<b>CAIXA</b> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
<b>Certificado de Regularidade do FGTS - CRF</b>	
<b>Inscrição:</b>	03893350/0001-12
<b>Razão Social:</b>	IJUCI INSTIT JURID P EFETIVACAO DA CIDAD
<b>Endereço:</b>	R DOS TIMBIRAS 2875 / BARRO PRETO / BELO HORIZONTE / MG / 30140-062
<p>A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.</p>	
<p>O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.</p>	
<b>Validade:</b> 10/09/2016 a 09/10/2016	
<b>Certificação Número:</b> 2016091004591652209110	
<b>Informação obtida em</b> 19/09/2016, às 12:27:28.	
<p>A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a></p>	

## 6.2 Comprovante de Regularidade Previdenciária

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUICI  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.893.350/0001-12

Certidão nº: 89668556/2016

Expedição: 12/09/2016, às 11:18:59

Validade: 10/03/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUICI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.893.350/0001-12, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

## 6.3 Comprovante de Regularidade Fiscal

12/09/2016

[cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml](http://cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml)



**Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**  
Secretaria Municipal de Finanças  
Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações

### **CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

Certidão de Débitos nº: **6.576.707/2016**  
Emitida em: **12/09/2016** requerida às **11:15:57**

Número de Controle: **ABCJJHKIN**  
Validade: **12/10/2016**

Nome: **INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUCI**  
CNPJ: **03.893.350.0001.12**

Ressalvando à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Gerência de Dívida Ativa da Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

CERTIDÃO GRATUITA - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

A autenticidade desta certidão deve ser verificada em:  
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Esta Certidão só terá validade quando confirmada a sua autenticidade na Internet no endereço:  
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUCI**  
**CNPJ: 03.893.350/0001-12**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

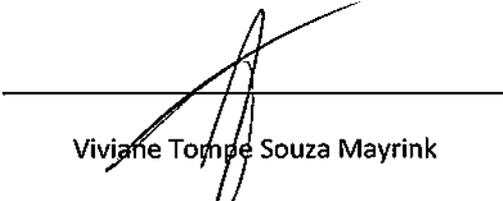
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.  
Emitida às 11:11:49 do dia 24/08/2016 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 20/02/2017.  
Código de controle da certidão: D8C6.FA56.6750.07CD  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## 7 – DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSCIP

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas no 2º Relatório Gerencial do Termo de Parceria firmado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e a OSCIP Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – Minas Gerais (IJUCI-MG). Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão disponíveis para análise dos representantes da Comissão de Avaliação e dos servidores dos órgãos de controle do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 16 de agosto<sup>09</sup> de 2016.

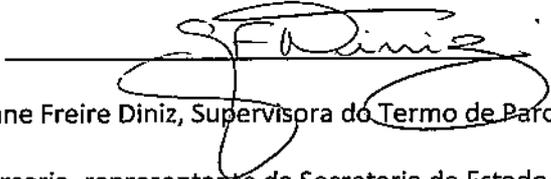
  
Viviane Tompe Souza Mayrink

Presidente do Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI-MG) .

## DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR DO TERMO DE PARCERIA

Declaro ter supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – Minas Gerais (IJUCI-MG) neste período avaliatório e, diante das informações assim obtidas, ratifico e atesto a fidedignidade das informações contidas neste relatório.

Belo Horizonte, 20 / 09 / 2016

  
Gleysiane Freire Diniz, Supervisora do Termo de Parceria

Supervisor do Termo de Parceria, representante da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS).